

 | **CEC 2015**
Congresso de Extensão e Cultura

Anais do II Congresso de Extensão
e Cultura da UFPeI
VOLUME II

ISSN 2359-6686

PREC
Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura



*Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901*

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (1. : 21-26 set
2015 : Pelotas)

Anais do...: memórias e muitos tempos [recurso eletrônico] /
1. Congresso de Extensão e Cultura da UFPel ; org. Francisca
Ferreira Michelin, João Fernando Igansi Nunes, Denise Mar-
cos Bussoletti. – Pelotas: Ed. da UFPel, 2015. 620p. : il.

Modo de acesso: <wp.ufpel.edu.br/congressoextensao>

1.Extensão. 2.Cultura. 3.Universidade. I.Michelon, Francisca
Ferreira. II.Nunes, João Fernando Igansi. III.Bussoletti, Deni-
se Marcos. IV.Título.

CDD: 378.175

CEC 2015

Congresso de Extensão e Cultura

COORDENAÇÃO GERAL DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO II CEC

DENISE MARCOS BUSSOLETTI

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II CEC

ADALBERTO DOS SANTOS JÚNIOR

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DA SILVA

EVANDRO PIVA

FRANCISCA FERREIRA MICHELON

JOICE VIEIRA SOARES

KELLY WENDT

MÁRCIA ALVES DA SILVA

MARIA JANDIRA SALUM

NÓRIS MARA PACHECO MARTINS LEAL

TAIS ULLRICH FONSECA

DESIGNER EDITORIAL

MARIANA COREIXAS VALENTE

COORDENADORES DE SESSÕES TEMÁTICAS

PROF. ADALBERTO DOS SANTOS JUNIOR

PROF. EVANDRO PIVA

PROFA. FRANCISCA FERREIRA MICHELON

PROFA. MÁRCIA ALVES DA SILVA

PROFA. NÓRIS MARA MARTINS PACHECO LEAL

COMISSÃO DE APOIO

AMANDA IWEN PESKE

ANA MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES

LUIS HENRIQUE PORTO OLIVEIRA

MARINA DOS SANTOS CORRÊA

MATEUS SCHMECKEL MOTA

NÁDIA NAJARA KRUGER ALVES

RICARDO LUIS OLIVEIRA TIMM

SUZANI GONÇALVES RIBEIRO TIMM

THAMISA RAMOS FLORES DO SANTOS

THIAGO DAS NEVES LOPES

VINICIUS CAMARGO ZIENTARSKI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	PÁGINA 7
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA	PÁGINA 9
PROJETO MEMÓRIAS DO GOLPE LETICIA DINIZ NOGUEIRA; AGNES FELIX; DANIELA NUNES; RICARDO SEVERO.....	PÁGINA 10
VIDA COTIDIANA E VIOLÊNCIA SEGMENTADA: UM ESTUDO DO ODH/UFPEL SOBRE OS HOMICÍDIOS OCORRIDOS EM PELOTAS/RS NO ANO DE 2013 FABRES, RICARDO ROJAS; CORBO, CLÁUDIO; BRILHANTE, LÍGIA; BORGES, MÁRCIA; PASE, HERMERSON LUZ.....	PÁGINA 14
PENSÃO ASSISTIDA: OFICINA CRIATIVA TALITA GONÇALVES MONTEIRO; CAMILA DO CANTO PEREZ; JOSÉ RICARDO KREUTZ; MORGANA CARDOSO RODRIGUES; MARIA TERESA DUARTE NOGUEIRA.....	PÁGINA 18
LIBERTAS THALES VIEIRA DOS SANTOS; LUCAS ROCHA DE PAULA; BRUNA HOISLER SALLET; LUIS FELIPE SOARES WAZLAWICK; BRUNO ROTTA ALMEIDA.....	PÁGINA 22
PRÓ-BICHO PELOTAS: 4 ANOS DE ATUAÇÃO NA CIDADE DE PELOTAS E REGIÃO VITOR PAVAN; SHAYDA CAZAUBON PERES; JULIANA CORREA HERMES ANGELI.....	PÁGINA 26
DEFENSA Assessoria Criminal Popular IZABELA DE OLIVEIRA PEREIRA; MARIANA DOS SANTOS SCHWARZ; INEZITA SILVEIRA DA COSTA; BRUNO ROTTA ALMEIDA.....	PÁGINA 30
SOCIOEDUCAÇÃO (EN)CENA: AGENCIAMENTOS ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL E TEATRO MARIANA POZZI JUNGES; BIBIANA VELASQUES; ÉDIO RANIERE.....	PÁGINA 34
A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA PRÁTICA EXTENSIONISTA: RELATO DE VIVÊNCIA NO PROJETO RONDON OPERAÇÃO MANDACARU CAROLINE DRAWANZ DIAS; FELIPE RIBAS KRÜGER; SIDNÉIA TESSMER CASARIN; MICHELE MANDAGARÁ DE OLIVEIRA.....	PÁGINA 38
CURSO DE TÉCNICAS HISTOLÓGICAS EM LIBRAS RESULTADOS E PERSPECTIVAS MÔNICA MENDES GARCIA; LAURA BEATRIZ OLIVEIRA DE OLIVEIRA; MARIA GABRIELA TAVARES RHEINGANTZ; LUCIANE DA SILVA MARTINS; ELIANE FREIRE ANTHONISEN; ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES.....	PÁGINA 42
MAPAS E MAQUETES TÁTEIS UTILIZADOS POR INSTITUIÇÕES CULTURAIS: ESTUDO DE CASOS GABRIELA GONZALEZ PERONTI; MÔNICA VEIGA; LETICIA DE FARIAS BORGES; GRAZIELE PARKER; ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA.....	PÁGINA 46
GEMIGRA GEISIBEL CHIM GOUVEIA; ANELIZE CORREA.....	PÁGINA 50

II CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPEL

Neste ano de 2015, a Universidade Federal de Pelotas promoveu, pela primeira vez, a Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe) na qual ocorreram, simultaneamente, os principais eventos das três áreas acadêmicas: 24º Congresso de Iniciação Científica (CIC), 17º Encontro da Pós-Graduação (Enpos), 2º Congresso de Extensão e Cultura (CEC) e o 1º Congresso de Ensino de Graduação (CEG).

Ao reunir estes eventos e, portanto, oportunizar a mostra da produção acadêmica em todos os seus âmbitos, de modo conjunto, a UFPel empenhou-se em intensificar a necessária e desejável compreensão do princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, buscando expressar a almejada integração.

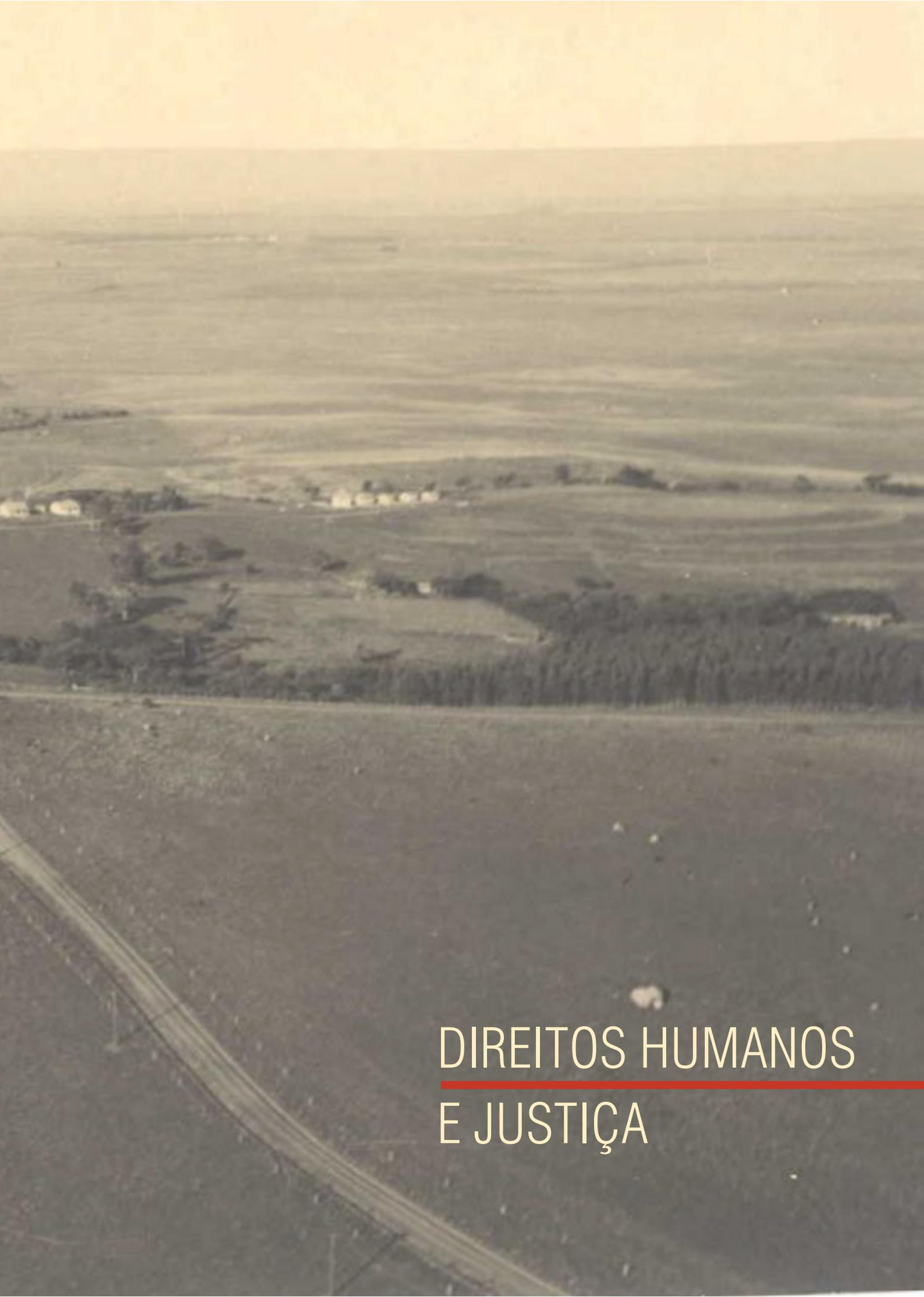
Na presente edição dos eventos, por questões mundiais que tomam vulto e geram debates, oportunizou-se o tema “Universidade e Sustentabilidade”, pelo qual se objetivou gerar a reflexão sobre as necessárias práticas sustentáveis, indispensáveis aos tantos domínios da vida. Privilegiou-se o debate sobre as possibilidades de pensar e fazer uma universidade comprometida com a solução de problemas da sociedade e que se torne capaz de projetar, no horizonte de suas aspirações, a formação de pessoas aptas a cuidar, por meio de seu conhecimento profissional, deste planeta que a todos abriga, asseverando a convicção de que é possível trazer para o ambiente universitário, todos os campos da realidade, inspirando um futuro viável em uma sociedade justa.

Este caderno de resumos reflete a forma como a comunidade acadêmica traduziu o chamado do Congresso, elegendo entre atender o tema ou apresentar seus trabalhos em curso, não vinculados à temática. Com tal liberdade, o conjunto de resumos que ora se faz apresentar nesta publicação faz possível,= plasmar o nível de maturidade do conceito de extensão universitária no contexto desta comunidade.

Ressalta-se que o processo de participação da comunidade não obliterou a apresentação e o registro do trabalho neste documento, mas, todas as submissões foram avaliadas para concorrer ao prêmio de extensão Aldyr Garcia Schlee.

Cumpre-se aliar a convicção de que a extensão universitária contribui com o desenvolvimento de estratégias e meios que potencializem os seus sujeitos a protagonizar projetos sociais que impactem a realidade em prol de um desenvolvimento sustentável.

PROFA. FRANCISCA FERREIRA MICHELON
ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS DO II CEC



DIREITOS HUMANOS

E JUSTIÇA

PROJETO MEMÓRIAS DO GOLPE

LETICIA DINIZ NOGUEIRA¹; AGNES FELIX²; DANIELA NUNES³; ⁴ RICARDO SEVERO

¹Universidade Federal do Pampa – leticia_dn@live.com

²Universidade Federal do Pampa– agnesfgoncalves@gmail.com

³Universidade Federal do Pampa- jolie.sharp@hotmail.com

⁴Universidade Federal do Rio Grande– rg.severo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os 50 anos do Golpe propiciam um momento de reflexão o importante não só para a academia, mas para a sociedade brasileira, cuja democracia ainda está incompleta, entre outros motivos, pela pouca elucidação dos acontecimentos que marcaram a história de nosso país e que trazem marcas profundas em nossa realidade.

Dados tais acontecimentos, compreende-se que o Estado brasileiro possui uma dívida com a sociedade. O direito à memória e à justiça são elementos fundantes de uma sociedade mais justa e democrática. Desconhecimento dos procedimentos políticos, violência policial, violações de direitos humanos, torturas em presídios, criminalização de movimentos sociais, entre outros elementos marcantes de nossa realidade hoje, são consequências diretas de um passado de impunidades. No Brasil, a impunidade construída durante a ditadura ainda corrói a democracia. Longe de significar um revanchismo, o momento de reflexão sobre a ditadura civil-militar iniciada em 1964, é um espaço para que a sociedade brasileira se conheça e repense o presente.

No livro *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Caroline Bauer (2012) demonstra como o esquecimento foi uma política construída no final das duas ditaduras, como política oficial de impunidade, para que a sociedade não pudesse ter acesso às informações necessárias para avaliar o período ditatorial, o que influenciou taxativamente o processo de abertura política no Brasil, assim como o tipo de sociedade que se construiria dali para frente.

Na transição política argentina e brasileira, as ditaduras defrontaram-se com a questão dos desaparecidos, que exigia abordagem em ética, jurídica e política para a abertura. Devido às tensões que a temática suscitava, os dois regimes ditatoriais optaram pelo desenvolvimento de políticas de esquecimento, nas quais

a promulgação de leis de anistia foram seus corolários. Com o tempo, e somado a outras variáveis, evidenciou-se que estas políticas oficiais não extinguem as necessidades sociais de trabalhar com este passado e lidar com seus efeitos. (BAUER: 2012, p.122)

As ditaduras de segurança nacional que se espalharam pela América Latina, contaram com forte apoio material e ideológico dos Estados Unidos, devido a uma política anticomunista durante a Guerra Fria, em que disputavam a influência do mundo com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Porém, estes golpes, em sua maior parte, foram dados contra governos de caráter meramente nacionalistas, como o caso do Brasil, em que o governo João Goulart, apesar de ter apoio do PCB, não passava de um governo burguês voltado para o desenvolvimentismo nacionalista. O grande pecado cometido pelo governo foi buscar um capitalismo independente dos EUA, com uma melhor distribuição de renda. O que foi inadmissível para os setores ligados ao capitalismo internacional e forças conservadoras brasileiras (GORENDER: 1987. PADRÓS, 2005).

Assim o momento de reflexão sobre a ditadura civil-militar iniciada em 1964, é um espaço para que a sociedade brasileira se conheça e repense o presente, com o projeto Memórias do Golpe, não se esqueça para a que nunca mais aconteça, os envolvidos no projeto pretendiam trabalhar ajudar nesta reflexão. O objetivo do projeto foi propiciar o debate sobre as características do regime militar, considerando o processo de consolidação no país e demais países da América Latina e estimular um entendimento crítico e reflexivo sobre a estrutura política, suas vertentes democráticas e autoritárias. O projeto realizou palestras, vídeos, filmes e exposições sobre o tema e com atividades mensais, reunindo discentes, docentes e população em geral no município de Santana do Livramento/RS, fronteira com Rivera/Uruguai, sendo realizado de março a dezembro de 2014 na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Instituto Federal Rio Grandense (IFSUL).

As atividades iniciaram-se em março de 2014, e a primeira atividade contou-se com explanação sobre o período pré-golpe, abordando as características do governo João Goulart, e também de representante da secretaria de direitos humanos do governo do Uruguai, que abordou a questão dos desaparecidos do regime militar neste país. Ainda, foram realizadas palestras sobre o “milagre econômico” em que se teve uma explanação do assunto

apontando os aspectos positivos e negativos do crescimento econômico relacionado às condições da população naquele período.

Houve uma palestra sobre o Plano Condor e as ditaduras Latino Americanas ressaltando os participantes, como foi o financiamento das ações, foram abordados os assassinatos e a violação dos direitos humanos, teve uma análise das denúncias e julgamentos dos agentes da ditadura e o debate foi sobre os entraves que ainda impedem o Brasil de consolidar uma política de justiça frente as vítimas com base nos direitos humanos, além de apresentação de filmes e documentários com a participação de debatedores.

O projeto também realiza exposições com fotos sobre a resistência aos cinco presidentes militares e características dos governos golpistas autoritários, em especial no que tange à repressão, também os principais acontecimentos em cada um deles, assim interagindo com os alunos da Unipampa e com a comunidade do município levando essas memórias que marcaram a história do Brasil.

Nesta exposição foi realizada uma performance semelhante à do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo, que consiste em transmitir aos ouvintes os sentimentos e as emoções dos que estavam presos na cela e ao final da exposição foram colocadas musicas características daquele período que retratavam o anseio de liberdade de expressão.

2. METODOLOGIA

Com o apoio de uma bolsista e seis voluntárias, o projeto tem possibilitado o estabelecimento de contato com a comunidade externa e também a participação de estudantes, professores de Santana do Livramento e Rivera/Uruguai. Se utilizando de palestras, debates, filmes e vídeos para expor os acontecimentos da Ditadura Militar, e assim debater a influência que esta causou em nossa sociedade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do ano foram realizados ao todo quatro (4) grandes ciclos contando com ao todo treze (13) atividades entre palestra, filmes e exposições, contamos com palestrantes de diferentes lugares do Rio Grande do Sul, com

palestrantes do estado de São Paulo e também do Rio de Janeiro. O projeto foi considerado um sucesso, por ter alcançado ao todo mais de duas mil pessoas em suas atividades presenciais. Este ainda contou com uma página em uma rede social (facebook) ao qual alcançou mais de mil pessoas que interagiram com a página Memórias do Golpe.

Ainda, os integrantes do projeto participaram de três encontros acadêmicos para apresentação da temática e também desenvolveram-se duas pesquisas sobre o tema por parte de acadêmicos do campus. Um sobre a influência dos EUA no desenvolvimento do Plano Condor e outro sobre as pautas abordadas no jornal Folha Popular, de Santana do Livramento, sobre os acontecimentos de março a abril de 1964.

4. CONCLUSÕES

As atividades do projeto proporcionaram um envolvimento do público externo em termos de debate, mas também gerou uma série de discussões entre os discentes da Universidade, levando a uma postura crítica em relação ao período militar e, pela execução das atividades, gerou um protagonismo na proposição de outras atividades que levem em consideração os direitos humanos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline Silveira. Brasil e Argentina : Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas . São Paulo: Ática, 1987.

PADRÓS, Enrique Serra. Como elUruguay no ay... Terror de Estado e segurança nacional . Uruguai (1969-1985). Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Tese de Doutorado)

VIDA COTIDIANA E VIOLÊNCIA SEGMENTADA: UM ESTUDO DO ODH/UFPel SOBRE OS HOMICÍDIOS OCORRIDOS EM PELOTAS/RS NO ANO DE 2013

FABRES, RICARDO ROJAS¹; CORBO, CLÁUDIO²; BRILHANTE, LÍGIA³;
BORGES, MÁRCIA⁴; PASE, HEMERSON LUIZ⁵

¹Doutorando em Filosofia (UFRGS) e Educação (UFPel) – ricardorojasfabres@gmail.com

[#]Mestrando em Ciência Política (UFPel) – claudiocorbo13@yahoo.com.br;

⁽Mestranda em Ciência Política (UFPel) - ligiafranca.adv@gmail.com

[·]Doutoranda em Ciência Política (UFF) - marcia.borges.bb@hotmail.com

[/]Orientador. Professor do PPG em Ciência Política (UFPel) hemerson.pase@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno global, cujas causas e consequências ainda não estão bem claras – embora pesquisas e relatórios oficiais apontem indícios da relação estreita entre violência e pobreza. Na tentativa de contribuir com esse debate, o presente trabalho desenvolve a problemática da violência contra a vida a partir do estudo realizado pelo projeto de extensão “Observatório de Direitos Humanos” da Universidade Federal de Pelotas (ODH/UFPel) sobre os homicídios ocorridos no município de Pelotas (RS) no ano de 2013. Com base nos dados coletados nos documentos da 18ª Delegacia Regional de Polícia de Pelotas, serão apresentados os perfis individuais das vítimas e dos acusados dos crimes de homicídio e tentativa de homicídio – o que nos possibilita afirmar que a violência em Pelotas está, majoritariamente, restrita a grupos específicos. Nesse sentido, a partir da constatação de que existe um déficit de direitos sociais básicos na periferia, discute-se quais as possíveis relações entre violência e o “direito à cidade”, conforme conceito de LEFEBVRE (2011) e HARVEY (2005). Também serão apresentadas considerações sobre o modo como o arranjo social hegemônico influencia a vida cotidiana (LEFEBVRE, 2003; MARCUSE, 1968) e o modo pelo qual, nesse contexto, se manifesta o contraste entre a universalização das necessidades e as condições para satisfação dessas necessidades (MARX, 2004).

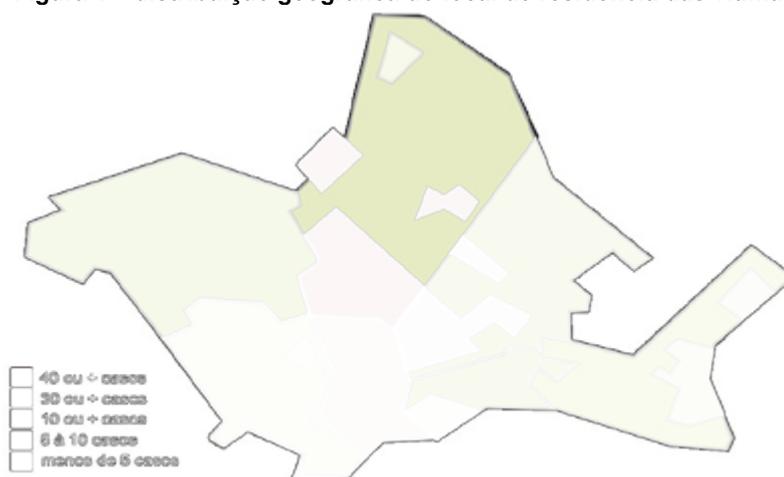
2. METODOLOGIA

O trabalho compõe um estudo desenvolvido pelo Observatório de Direitos Humanos da Universidade Federal de Pelotas sobre as violações contra a vida no município de Pelotas. Inicialmente, estabelece um recorte temporal no ano de 2013 e apresenta o levantamento quantitativo de homicídios e tentativas de homicídios ocorridos no município durante o ano em questão. A partir disso, de posse de dados como “local de residência”, “idade”, “escolaridade”, “profissão”, “estado civil” e “etnia”, o trabalho propõe uma reflexão sobre o “local de residência” das vítimas e dos agressores. Feito isso, serão apresentadas as regiões com maior incidência de envolvidos e, posteriormente, abordadas a partir das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para realizar um cruzamento com os dados do IBGE, a região aqui denominada **Área 1** é composta pelas áreas 001, 019 e 020 do Censo 2010, a **Área 2** é composta pelas áreas 002, 007, 008 e 020 e a **Área 3** é composta pela área 011. Em seguida, com base nos resultados obtidos no primeiro estágio da pesquisa, o estudo procura interpretar os dados, a partir de um marco teórico em grande parte vinculado à tradição marxista.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

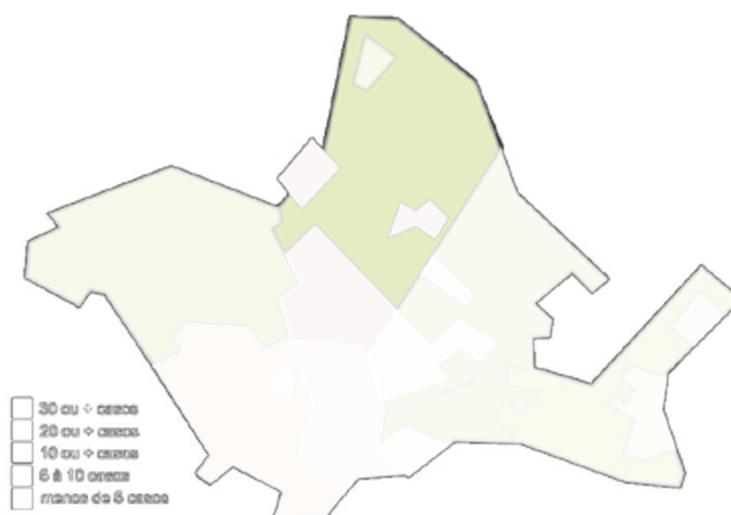
Ao total, foram coletados 111 atos criminais relacionados a homicídios (entre tentativas de homicídios e homicídios consumados) no ano de 2013 em Pelotas. Desses, constatou-se a existência de 129 vítimas e 139 agressores¹. A partir disso, foi possível identificar o local de residência de 115 vítimas, sendo 111 residentes em Pelotas e 4 no município de Capão do Leão, conforme a distribuição no mapa:

Figura 1 – distribuição geográfica do local de residência das vítimas



No mapa, percebe-se que as vítimas residem, majoritariamente, em três áreas: (i) **Área 1**, composta pela região administrativa denominada “Areal”, cujos locais de maior incidência são: Bom Jesus, Jardim Europa, Dunas, Darcy Ribeiro, Obelisco e Vasco Pires; (ii) **Área 2**, composta pela região administrativa denominada “Três Vendas”, cujos locais de maior incidência são: Cohab Tablada, Lindóia, Santa Terezinha, Getúlio Vargas, Pestano, Cohab Pestano e Sítio Floresta; (iii) **Área 3**, composta pela região administrativa denominada “São Gonçalo”, cujos locais de maior incidência são: Balsa e Navegantes. Ao total, 82 das 111 vítimas de Pelotas residiam nesses locais até o momento do ato criminal, o que representa um total de 74% dos casos analisados. Em relação aos agressores, foi possível identificar o local de residência de 113 acusados, dos quais 107 residentes em Pelotas, conforme o mapa:

Figura 2 – distribuição geográfica do local de residência dos agressores



1 Em alguns casos, existem mais de uma vítima, bem como mais de um agressor.

Dos 107 acusados com endereço fixado em Pelotas, 77 residem nas áreas 1, 2 e 3, o que totaliza 72% dos casos. Dito isso, cabe destacar que as referidas regiões apresentam os piores dados no que tange à renda. Em média, o rendimento nominal mensal das pessoas residentes na Área 1 é de R\$ 866,68², na Área 2 de R\$ 971,35 e na Área 3 de R\$ 824, 97. Ao fato de 72% dos acusados e 74% das vítimas envolvidas nos casos analisados residirem nas regiões consideradas mais pobres, soma-se a constatação de que na área 017 (que abrange Zona Norte e Colina do Sol) cujo rendimento médio é o maior do município (R\$ 3.014,77) a participação dos moradores como vítimas ou acusados é menor que 1% do total de casos analisados. Esses dados coincidem com o contraste entre o valor do metro quadrado em ambas as regiões. De acordo com a prefeitura municipal de Pelotas³, a média dos valores do m² de terreno em áreas como Bom Jesus, Darcy Ribeiro e Dunas é de 0,50 URM enquanto em áreas como Baronesa e Colina do Sol o valor é, em média, dez vezes maior (em torno de 5 URM).

Desse modo, é possível atestar que a violência em Pelotas restringe-se aos bairros mais pobres. Nesse sentido, destaca-se também que a dinâmica do processo de urbanização do município coincide com a tendência universal do capitalismo recente (Cf. HARVEY, 2005), no qual a periferia, conforme HUGHES (2004), sofre com “a contingência do déficit dos elementos característicos do pacto subjacente ao contrato social, sendo sua população recorrentemente alijada das decisões e do acesso aos recursos do Estado” (p. 95). WAISELFISZ (2015) destaca, ainda, que as áreas mais ricas possuem recursos para investir em segurança privada, enquanto a periferia depende exclusivamente da segurança pública. Além disso, segundo o autor, “a cobertura da segurança pública distribui-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política” (idem, p. 102). LEFEBVRE (2011) identifica na gênese desse fenômeno socioespecial o afastamento do proletariado da cidade e, com isso, o afastamento da “obra” que ela representa.

A cidade, nesse caso, não é passível de fruição (como valor de uso) mas sim de consumo (como valor de troca). O resultado disso é o desenvolvimento de um novo modo de relacionamento com os espaços da cidade e a construção de formas alternativas de vida cotidiana, onde se projeta a ordem da sociedade, “regida por grandes e poderosas instituições, por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes” (LEFEBVRE, 2011, p. 52). Assim, se por um lado a periferia é desalojada da cidade e de suas possibilidades culturais (praças, museus, universidades, teatros, cinemas, clubes e centros esportivos), por outro ela é invadida por uma “cultura” que, além de estranha, penetra o cotidiano substituindo a fruição humana pelo consumo – o ser pelo ter, como apontou FROMM (1978).

Embora o capitalismo tenha a seu favor em relação aos modos de produção anteriores a sofisticação das necessidades humanas e a universalização do desejo, sua natureza faz com que ele apenas possa garantir à maioria da população o suprimento das necessidades mais básicas do organismo (Cf. MARX, 2004, p. 80-100). Essa dinâmica manifesta nas regiões mais pobres da cidade uma contradição evidente: o desejo dos indivíduos de consumir bens cuja sofisticação contrasta profundamente com as condições materiais de suas vidas e

2 Área 1: valor referente à média entre as áreas 001, 019 e 020 do IBGE; Área 2: referente à média entre as áreas 002, 007, 008 e 020; Área 3: referente à área 011.

³ Disponível em http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2014/6178.pdf

cujos valores de troca contrasta com os baixos recursos financeiros disponíveis nesses locais. Enquanto isso, o indivíduo vive sua repressão livremente, “deseja o que se supõe que ele deve desejar” (MARCUSE, 1968, p. 53)

Não por acaso, quando o consumo assume a centralidade da condução da vida cotidiana, o resultado é a elevação do “ter” sobre o “ser” - desenvolvendo aquilo que MARX (2004) denominou como “o estranhamento do homem pelo próprio homem” (p. 85). Nesse cenário, a violência contra a vida exterioriza o desprezo do indivíduo por uma humanidade que lhe é negada e, também por isso, assume a forma da *reificação* – quando, a grosso modo, a relação entre pessoas “toma o caráter de uma coisa” (Cf. LUKÁCS, 2003, p. 194-204). O que se percebe, com isso, é que a estrutura moral desse cotidiano reflete um paradoxo inconciliável: do ponto de vista cultural, absorve e manifesta a valorização do mundo das coisas em detrimento da dignidade humana e do ponto de vista normativo, deve orientar sua atividade pelo marco jurídico que estabelece a dignidade humana como fim último da sociedade.

4. CONCLUSÕES

Primeiramente, cabe ressaltar que, de acordo com os dados analisados, a violência em Pelotas restringe-se, majoritariamente, aos bairros mais pobres – cuja ausência do Estado se manifesta na carência de espaços de sociabilidade, de infra-estrutura e de fruição. Nessas regiões, a influência determinante do culto ao consumo contribui para que o cotidiano assumam os traços de um *locus* vazio de conteúdo humano ao mesmo tempo em que cultiva a frustração – pois o baixo rendimento dos moradores não impede que seus desejos sejam os mesmos das áreas mais abastadas. Nesse caso, a violação contra a vida demonstra, em último caso, a própria desvalorização do *sentido humano* da vida – materializado na reificação das relações sociais. Por outro lado, nota-se que a violência parece estar atrelada a uma cultura patológica que distancia as pessoas daquilo que a cidade pode oferecer (o que lhe resta de valor de uso), restringindo cada vez mais as possibilidades de florescimento humano para essas pessoas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FROMM, Erich. **¿Tener o ser?**. Fondo de cultura económica, 1978.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. Annablume, 2005.
- HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 93-102, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro Editora, 2011.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 29/06/2015.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Martins Fontes, 2003
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Clube do Livro, 1968.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei nº 6.178/2014**. Disponível em http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2014/6178.pdf. Acesso em 29/06/2015.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf2015>.

PENSÃO ASSISTIDA: OFICINA CRIATIVA

TALITA GONÇALVES MONTEIRO¹; CAMILA DO CANTO PEREZ²; JOSÉ RICARDO KREUTZ³; MORGANA CARDOSO RODRIGUES⁴; MARIA TERESA DUARTE NOGUEIRA⁵

¹*Universidade Federal de Pelotas– talitagmonteiro@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas– camilacperez@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – jrkreutz@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas - morgana_cardoso@ymail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – mtdnogueira@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A pensão Assistida é uma instituição administrada pela Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança, que abriga homens e mulheres, à partir de 18 anos, com transtornos mentais ou em, situação de rua, que por algum motivo não tem condições de retornar a casa de seus familiares ou os mesmos não são localizados. A casa é uma das alternativas aos hospitais psiquiátricos nos modelos que conhecemos atualmente. Apesar de seus moradores serem na maioria portadores de transtornos mentais ela é vinculada as políticas de assistência social; O propósito é que a casa ofereça um ambiente familiar que é importante para o tratamento e reabilitação de doentes mentais. NETO (2007) apresenta uma série de estudos que mostram a importância do ambiente familiar no prognóstico de doenças como a esquizofrenia. Os moradores residentes atualmente apresentam em sua maioria deficit nos modelos familiares, e o ambiente da casa visa criar uma estruturação de família no sentido que os mesmos sintam-se acolhidos e figuras ativas no ambiente.

A Oficina Criativa faz parte do projeto “Pensão assistida: por uma saúde integrada”, atualmente dividida em dois residenciais inclusivos, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt). Ela foi inserida no local com intuito de se estabelecerem atividades que visem incentivar a criatividade e fortalecer o vínculo entre os moradores através de diversos recursos; dar voz aos internos pela manifestação artística e promover situações descontraídas onde possam escolher entre as possibilidades levadas com qual material desejam trabalhar, assim como dar sugestões para futuros trabalhos, proporcionando novos olhares além daqueles estigmatizados pela suas patologias.

Para GALLETTI (2004), o recurso oficina, de caráter múltiplo e heterogêneo, tem encontrado solo fértil para sua disseminação geralmente nas instituições identificadas como ideário da reforma psiquiátrica, desempenhando um papel fundamental nos trabalhos institucionais, promovendo uma ampliação nos limites de atuação e contribuindo na elaboração de novos sentidos para clínica, levando em consideração que no contexto da assistência social, impõe que se pense em uma clínica ampliada.

É importante salientar que as oficinas não devem apenas desempenhar um papel de ocupação das mentes com intuito de exercer uma vigilância produtiva contínua como aponta CEDRAZ; DIMENSTEIN (2004), por isso foi escolhido um modo de trabalho que oferecesse autonomia aos oficinairos, e não para que esses se tornassem espectadores do processo de criação, para não cair no que FOCAULT (1997) denomina biopolítica, onde estariam presentes relações de poder que buscam o gerenciamento da vida e o controle da loucura.

2. METODOLOGIA

A oficina ocorre de sexta-feira a tarde, uma vez na semana, e os materiais que foram levados inicialmente são: tinta guache, cartolina, massa de modelar, argila, canetas hidrográficas, lápis de cor, giz de cera, miçangas, cola colorida, glitter, revistas para recorte, folha sulfite, tesouras e cola. Esses materiais foram escolhidos por terem sido usados em um outro estágio dentro da pensão e terem tido boa adesão dos integrantes. Entre os materiais sugeridos pelos moradores estão estruturas para fazer brincos, tipos diferentes de miçangas, folhas de papel maior e tela para pintura. Para alguns moradores o trabalho com miçanga se torna dificultoso, devido a pouca motricidade, no entanto, eles também se mostraram interessados em desenvolver pulseiras e colares, por esse motivo foram escolhidas pedras que possuem uma abertura maior no orifício que se introduz a linha. Dentre os materiais supracitados, os que obtiveram maior adesão nas atividades, foi o trabalho com miçangas, pintura com guache em cartolina e desenhos com giz de cera.

Foi estabelecido um local de trabalho de maneira que os materiais fiquem disponíveis para escolha. Nos primeiros dias de oficina, era necessário que houvesse um deslocamento até a sala e quartos, convidando os moradores para participarem. Após algumas semanas eles já esperavam o início da atividade no local e horário pré-estabelecido. Friso que a participação é voluntária, em outras palavras, apenas é informado o início do trabalho e, os que se interessarem, podem realizar as atividades, não havendo a necessidade deste começo ser pontualmente as 14h (horário de início da oficina), o número de participantes é itinerante, variando de 05 a 10 por dia, em horários e momentos diferentes.

A figura dos extensionistas que auxiliam no trabalho é de facilitador/oficineiro, não apenas do desenvolvimento da atividade manual, mas principalmente na manutenção do diálogo com os moradores que participam do projeto e na motivação de que os que não participam possam vir participar, essa maneira de trabalho foi adotada pois encontramos críticas na literatura de como as oficinas funcionavam dentro de CAPS's (Centro de Atenção Psicossocial), por exemplo, onde CEDRAZ; DIMENSTEIN (2004) apontam que elas serviam como meio de manter os usuários ocupados, onde há muito pouca criação e uma hierarquia dos saberes.

São realizadas também reuniões semanais com os orientadores tanto para troca do que é vivido nos dias de trabalho, como em sugestões de materiais para serem trabalhados. Seguindo esta lógica de trabalho obtivemos os resultados mostrados a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto se desenvolveu de maneira satisfatória dentro da casa, os moradores são ativos no processo de criação, no entanto, durante o desenvolvimento das atividades alterações tiveram que ser realizadas, em virtude do espaço reduzido de trabalho, o número de bolsistas para realização da atividade e a quantidade de pessoas que participavam da oficina. Assim, levando em conta as opiniões dos moradores, foi necessário alterar a maneira como os materiais eram disponibilizados. Eles informavam o que desejariam fazer, então, apenas os utensílios referente a escolha ficavam sobre a mesa, aumentando assim o espaço disponível para trabalharem.

O clima no desenvolvimento do trabalho é descontraído e eles compartilham durante o processo assuntos pessoais que são discutidos por todos os presentes, e temas gerais da casa como a comida, os filmes, e as outras atividades realizadas na pensão, permitindo que reflitam e troquem opiniões. Esse clima permite novas possibilidades de expressão sobre a vida cotidiana, que geralmente ficam difusas na convivência diária dos moradores, que se isolam em suas atividades ou desordens individuais.

É notável que o número de participantes nos trabalhos aumentou durante o período, conotando uma boa adesão por parte dos moradores, alguns dos quais não demonstram interesse em interagir com outros moradores, mas compartilham da experiência das oficinas e conseguem estar presentes nas atividades, mesmo os que possuem a comunicação comprometida partilham do momento pelo envolvimento com o material que é disponibilizado. No decorrer do trabalho eles conseguem se manifestar como indivíduos, que possuem medos, alegrias ou tristeza, sem serem repreendidos pela maneira como se expressam.

Destacamos que a oficina preconiza oferecer condições de possibilidade para que o participante busque sua inserção social, assim, temos como padrão recorrer, sempre que for possível, a opinião dos moradores, valorizando seus saberes na decisão sobre o que é feito com o material trabalhado. De forma tênue e germinal, esse processo de autogestão (BAREMBLITT, 2002) do material produzido na oficina acontece quando eles decidem acerca da designação por colocar os desenhos na parede, para que fique visível a outros moradores. Alguns guardam os trabalhos para si, quando a atividade se resume na pintura e criação de artesanato. As bijuterias podem ser usufruídas da forma que lhes convém, seja para uso próprio, ou para presentear uns aos outros.

Algumas dificuldades foram encontradas durante o trabalho: o desenvolvimento de trabalhos com pessoas portadores de transtornos mentais, assim como a prática de oficinas na saúde mental e na assistência social são, via de regra, determinadas mediante a presença de um especialista que dita a maneira como as atividades deveriam ser desenvolvidas, sendo esse o detentor de conhecimento técnico/científico. Apesar do trabalho tentar uma outra configuração nesse cenário, buscando a quebra de paradigmas, alguns dos processos permaneceram, como por exemplo, a relações de controle da equipe ocorridas entre o estagiário, que assume o papel de especialista, portador do material levado, e o oficinairo. Ao mesmo tempo, essa relação precisou ser estabelecida para organização do trabalho, evitar o desperdício de material entre os integrantes, e para que se respeitasse com o horário de término da atividade, sendo assim uma hierarquia facilitadora e não de poder (BAREMBLITT, 2002). Esse tensionamento foi fundamental como campo de análise (BAREMBLITT, 2002) para que a oficina, como analisador construído - conceito de Barembritt, que designa o que pode ser produzido com objetivo de explicitar conflitos - assumia novos rumos no processo de intervenção.

Apesar da limitação citada, a busca de autonomia no processo de criação vem surtindo efeito positivo, pois mesmo atuando, por vezes, de maneira vertical/atravessada em relação ao saber dos moradores, não foi preciso intervenções diretivas para se estabelecer limites na convivência dentro da oficina. As ações individuais, que se referem nas falas e atitudes que desagradam aos demais, são questionadas entre todos participantes e a pessoa que a manifestou, se retrata perante o grupo, não sendo necessário que os extensionistas interfiram no processo. Isto, demonstra o clima de liberdade vivido

na oficina pelos assistidos. A este clima, que demonstramos ser frutífero no lidar com estas situações.

4. CONCLUSÕES

O trabalho teve seu início dificultoso pela inexperiência de todos os envolvidos, porém, ao passar do tempo o contexto agenciou uma melhor convivência entre os moradores e os bolsistas indicando que as oficinas tiveram um efeito positivo sobre os interessados. Foi percebido uma sensível melhora compreensão e envolvimento dos moradores durante as atividades incluindo moradores com dificuldades de relacionamento com os demais que passaram a participar dos trabalhos.

Com o relativo sucesso da realização das oficinas, temos agora o intuito de levar as peças produzidas pelos assistidos e os próprios a eventuais locais de movimentação de pessoas tais como eventos itinerantes e praças públicas. A ideia é que o trabalho desenvolvido pela casa possa vir a ser exposto e comercializado (a um preço simbólico), favorecendo à inserção desses indivíduos na sociedade e criando possibilidade de administrarem entre eles o que ali for arrecado. Temos como objetivo. incentivar um senso de responsabilidade e de autonomia, mediante o trabalho proposto.

Não há intenção que a oficina se torne um processo institucionalizado dentro da casa, então a democracia mediante o processo de criação, foi e será mantida durante todo o tempo de execução, assim como o poder de escolha sobre o que fazer com aquilo que foi criado.

Com isto, concluo que, a utilização dos meios mais libertários e humanitários, em resistência as formas mecanicistas e ditatoriais, próprias dos modelos asilares, que são muitas vezes aplicadas nestes casos, demonstrou pela prática ser bem acolhida pelos assistidos. Obtivemos bons resultados no que diz respeito ao convívio e articulação, seja verbal ou habitual, o que nos motiva a dar prosseguimento com os trabalhos dando um passo além, envolvendo a sociedade no contexto dos moradores. Esperamos que a confiança depositada neles seja uma forma simples, mas eficaz, de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao núcleo “Pensão Assistida”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, G. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e Prática**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002. 5ed.

CEDRAZ, A; DIMENSTEIN, M. Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não?. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza v. 5, n. 2, p. 300-327, 2005.

FOCAULT, M. **Nascimento da biopolítica. Resumo dos Cursos do College de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GALLETTI, M. C. **Oficina em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?**. Goiânia: Editora UCG, 2004. 1ed.

NETO, M. R. L. **Psiquiatria básica**. Porto Alegre: Artmed, 2007. 2ed.

LIBERTAS

THALES VIEIRA DOS SANTOS¹; LUCAS ROCHA DE PAULA²; BRUNA HOISLER SALLET³; LUIS FELIPE SOARES WAZLAWICK⁴; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁵

¹Universidade Federal de Pelotas. Bolsista PROBEC/UFPel – thales_dms@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas. Bolsista PROBEC/UFPel – lucasluga@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas. Bolsista PBA/UFPel – bruna_sallet@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – felipe_wazlawick@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas. Orientador – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O programa LIBERTAS se destina às ações de enfrentamento da vulnerabilidade e de luta em favor dos direitos humanos no âmbito do sistema penal, destinando-se à reflexão e construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais nas seguintes abordagens: sistemas jurídico-penais; crime e violência; punição e controle social; vulnerabilidade social. Por conseguinte, o programa objetiva a elaboração de políticas sociais em parceria com a comunidade na tentativa de superação do modelo atual. A partir da compreensão do papel perverso que desenvolve o sistema penal, principalmente em nossa região marginal, visa-se fomentar o pensamento científico na luta por um sistema penal humanista e menos estigmatizante.

Logo, o LIBERTAS visa a realização de ações que conciliem ensino, pesquisa e extensão, forjando um sistema completo e que aprimora a produção do conhecimento ao permitir a interação de atores diversos, como professores, estudantes e a comunidade social.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada busca trabalhar o tripé ensino-pesquisa-extensão de forma articulada. O ensino é contemplado por meio de oficinas e minicursos semestrais, ministrados por professores convidados e pelos colaboradores do programa. Além disso, são realizadas discussões de literatura jurídico-penal entre alunos, professores e a comunidade em geral. Um exemplo destas atividades é o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social, o qual visa a preparação acadêmica e teórica para a compreensão da realidade social e o modo como enfrentar a problemática em torno dos modelos de punição e de controle social excludentes. A pesquisa é realizada por meio de projetos de pesquisa tendo por base os conhecimentos adquiridos com as atividades desenvolvidas pelo programa, com a conseguinte produção científica apresentada e publicada em congressos locais, regionais e nacionais. A extensão é a base do programa, e se desenvolve através da efetivação de ações diretas, como a implementação da assessoria jurídica criminal popular, encontrando-se em plena atividade por meio do Projeto de Extensão DEFENSA Assessoria Criminal Popular. Além disso, foi elaborado um projeto de cooperação com a Universidade Católica de Pelotas (representada pelo GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários) e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5ª Delegacia Penitenciária Regional. O objetivo desse projeto é a criação de um grupo de estudos e debates em favor da assistência jurídica dos presos, visando a atuação jurídica em favor das pessoas

presas nas casas prisionais de Pelotas, Rio Grande, Camaquã, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Canguçu. Ainda, desenvolve-se um curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário como também a ampliação de projetos de fomento e financiamento de recursos para essas ações.

Ademais, outras atividades são realizadas e efetivadas na comunidade da cidade de Pelotas ou localidades próximas, como as oficinas sobre violência doméstica, adolescente em conflito com a lei etc. As atividades do programa são divulgadas no ambiente universitário e nas comunidades atingidas por meio da plataforma eletrônica do Programa LIBERTAS (wp.ufpel.edu/libertas). Há ainda a publicação do Boletim LIBERTAS, um periódico destinado à divulgação de textos correspondentes às abordagens deste programa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo de Estudos em Punição e Controle Social se encontra em atividade. O calendário dos seminários foi divulgado e está disponível para a comunidade no site do Programa LIBERTAS (wp.ufpel.edu.br/libertas/grupos-de-estudos/grupo-de-estudos-em-punicao-e-controle-social). Os estudos realizados no grupo seguem o trabalho iniciado em 2012, com a análise das estratégias de punição e de controle social no Brasil desde 1822. O recorte histórico para o ano de 2015 compreende a Era Vargas (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985), buscando-se compreender o desenvolvimento dos mecanismos punitivos e de controle em períodos de repressão.

O Projeto DEFENSA – Assessoria Criminal Popular também está em atividade, mediante a participação discente em atendimento à comunidade pelotense, com encontros semanais. Os discentes estão divididos em dois grupos, às quartas-feiras e quintas-feiras, e contam com a supervisão docente e com a orientação de advogados voluntários selecionados. Com efeito, o DEFENSA, além da assistência judiciária, realiza atividades de assessoria criminal, oportunidade em que os discentes e docentes efetuam atividades diretamente com a comunidade pelotense acerca de matérias afeitas às Ciências Criminais.

Desde junho de 2015, iniciou-se um projeto de cooperação com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5ª Delegacia Penitenciária Regional, e o Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários (GITEP) da Universidade Católica de Pelotas. O projeto visa possibilitar o amplo acesso à justiça da população carcerária. Estão sendo realizadas reuniões por meio de grupo de estudos e debates semanais, além do curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário e a ampliação de projetos de financiamento de recursos para a implementação de mais ações. O grupo de estudos do projeto de cooperação tem debatido principalmente os institutos da Lei de Execução Penal, da jurisprudência e da doutrina a respeito de assuntos relacionados à legislação de execução penal brasileira, sem olvidar das questões sociais mais amplas. Neste período, já se deliberou uma ação prática: a tabulação de todos os processos de execução criminal que tramitam nas varas criminais das respectivas casas prisionais, a fim de viabilizar a assistência jurídica da pessoa presa.

4. CONCLUSÕES

Em um curto período de existência, o LIBERTAS abarca algumas características bastante destacadas: interdisciplinaridade, enfrentamento da

vulnerabilidade, contato com a comunidade externa e com órgãos públicos presentes em nossa sociedade, diversidade e confronto horizontal de pensamentos para qualificar as ações em prol das pessoas presas, estímulo ao tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade. O grupo demonstra que não se deve dissociar ou delimitar fronteiras quando a questão envolve a sociedade, ao mesmo tempo em que não se delimita a discussões teóricas com fins em si mesmas. Contudo, visa a efetivação de medidas práticas e ações táticas acerca das problemáticas encontradas no atual sistema penal e, especialmente, prisional do Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Ilusão de Segurança Jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- BAUMAN, Zigmund. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECKER, H. **Los Extraños**. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BRASIL. UFPEL. **Libertas**. DEFENSA- Assessoria Criminal Popular, Pelotas, 2015. Acessado em 15 jul. 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/libertas/extensao/defensa/>
- _____. UFPEL. **Libertas**. Grupo de Estudos em Punição e Controle Social, Pelotas, 2015. Acessado em 15 jul. 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/libertas/grupos-de-estudos/grupo-de-estudos-em-punicao-e-controle-social/>
- _____. UFPEL. **Libertas**. Pelotas, 2015. Acessado em 15 jul. 2015. Online. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/libertas/>
- _____. UFPEL. **Libertas**. Projeto de Cooperação entre Libertas, 5ª DPR e GITEP/UCPEL tem sua 1ª reunião; Pelotas, 2015. Acessado em 15 jul. 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/libertas/2015/06/22/projeto-de-cooperacao-entre-libertas-5adpr-e-gitepucpel-tem-sua-1a-reuniao/>
- DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra, 1984.
- FILHO, R.L. Criminalidade e Sociedade. **Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal**, DF, v. 2, n. 6, p. 26-43, 1965.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GARLAND, David. **Punishment and Modern Society**. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- LARRAURI, Elena. **La Herencia de la Criminologia Crítica**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.
- LOMBROSO, Cesare. **O Homem Criminoso**. Tradução por Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1983.
- LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2013.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.

- OLMO, Rosa del. **A América Latina e sua Criminologia**. Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004.
- PAVARINI, Massimo. **Control y Dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico**. Tradução por Ignacio Munagorri. México: Siglo Veintiuno, 1988.
- RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.
- RUSHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**. 2ª edição. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2010.
- TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **La Nueva Criminologia. Contribución a una teoría social de la conducta desviada**. Tradução por Adolfo Crosa. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em Busca das Penas Perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Tradução de: Vânia Romano Pedrosa & Almir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2003

PRÓ-BICHO PELOTAS: 4 ANOS DE ATUAÇÃO NA CIDADE DE PELOTAS E REGIÃO

VITOR PAVAN¹; SHAYDA CAZAUBON PERES²; JULIANA CORREA HERMES ANGELI³

¹Universidade Federal de Pelotas1 – vitor.pavan@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – shay.cazaubon@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – julianaangeli@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito apresentar o projeto de extensão Pró-Bicho Pelotas, criado no ano de 2012, no Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas e coordenado pela professora Juliana Angeli. O objetivo principal do projeto é facilitar a adoção de animais sem raça definida, fotografando-os com qualidade profissional, e posteriormente auxiliando na divulgação das imagens através da página do projeto na rede social *Facebook*. O projeto Pró-Bicho Pelotas presta serviços gratuitos aos protetores independentes da cidade e região e para associados da ONG SOS Animais Pelotas, para a ONG A4 (Associação de Amigos dos Animais Abandonados do Município de Capão do Leão) e também já realizou imagens para o Canil da Prefeitura Municipal de Pelotas e para o Canil da Prefeitura Municipal de Arroio grande. Através da veiculação destas imagens, pretende-se diminuir a população de animais de rua e oferecer uma experiência em fotografia aos alunos que cursaram as disciplinas de Introdução a Fotografia e Fotografia dos curso de graduação do Centro de Artes.

2. METODOLOGIA

Qualquer pessoa que tenha resgatado um animal de rua pode agendar uma sessão de fotografias. Para isso, os contatos são realizados através do e-mail (probichopelotas@gmail.com) ou da página projeto (<https://www.facebook.com/ProBichoPelotas>). Normalmente as sessões são agendadas para os sábados, no prédio do Centro de Artes da UFPel.

Para as sessões fotográficas contamos com um fundo branco infinito construído com lona branca, câmeras fotográficas e lentes profissionais e um acervo de adereços utilizados pelos animais durante a captação das imagens. Assim que o animal chega ao local, são colocados os adereços (bandanas, lacinhos e gravatinhas) com o intuito de torná-los atraentes e mostrar que um cão ou gato, mesmo sem raça definida, tem o mesmo valor que um animal de raça (Fig.1). Os adereços foram doados ao projeto por colaboradores. Durante as sessão de fotos, os animais são posicionados no fundo infinito e com o auxílio de algum atrativo (ração ou brinquedos) eles “posam” para a captação de imagens. Posteriormente, as fotografias são editadas e tratadas em softwares de edição de imagens, corrigindo brilho, contraste e alterações de cor, mas sem modificar ou transformar a aparência do animal. Em seguida, as fotografias são publicadas na página no *Facebook* juntamente com os dados do responsável pelo animal e com informações como idade, porte, características da personalidade do animal, vacinas, vermífugo e castração.



Fig.1. Batatinha.

A página é monitorada diariamente para responder as solicitações de internautas que desejam saber informações sobre os animais divulgados ou sobre o contato com os responsáveis por eles. Quando o animal encontra um lar, modificamos a descrição do álbum, acrescentando a informação “ADOTADO” e posicionamos este álbum na sessão de adotados da página, mantendo assim, em destaque os álbuns dos *pets* que continuam para adoção.

Além dos álbuns produzidos pelo Projeto, a página no Facebook também disponibiliza o serviço de divulgação de animais perdidos ou encontrados, pedidos de auxílio para pagamento do tratamento de resgates feitos pelas protetoras, pedidos de ama de leite para ninhadas encontradas nas ruas, pedidos de casa de passagem e veiculação de animais que estão para adoção e cujas imagens são fornecidas pelas próprias protetoras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visamos aumentar as chances de adoção dos animais de animais sem raça definida, resgatados nas ruas da cidade de Pelotas e Região. Notamos que os animais são adotados mais facilmente quando nas fotografias, eles aparecem de uma forma mais humanizada. O emprego de recursos como a pose e o enquadramento, remetendo a tradição do retrato fotográfico (FABRIS,2004), apresentando os animais de forma singular com figurinos personalizados. E também através de imagens com boa qualidade técnica, chamamos mais a atenção, e conseqüentemente obtemos maior repercussão e compartilhamento nas redes sociais, aumentando as chances de adoção (Fig.2). “A fotografia tem o dom de enxergar e demonstrar através das fotos expressões únicas dos pets, transparecendo em cada um deles uma faceta peculiar.” (LIMBERGER,2011,19)

Toda imagem registrada contém em si, “(...) oculta e internamente, uma história, da qual se refere a sua realidade interior, abrangente e complexa, invisível fotograficamente e inacessível fisicamente.” (KOSSOY, 2009 , 36). Durante as sessões buscamos captar esses aspectos invisíveis e intrínsecos de cada animal. Ou seja, durante o processo fotográfico não buscamos apenas

registrar o animal, mas também exprimir aquilo que possui de melhor em sua integridade. (FABRIS, 2004, 36). Um cão que morou nas ruas pode realizar, sim, um *book* fotográfico e deve, sim, ter direito a amor e à uma família.

Como podemos acompanhar no gráfico (Fig.1), durante os 4 anos de atuação do projeto (contabilizando até a data de 14.07.2015) foram fotografados 922 animais entre cães e gatos. Destes, 533 encontraram novos lares. No ano de 2012 se teve 65,2% de êxito; em 2013 48,6%, e em 2014 64,8%. Em 2015 até a data do levantamento, tivemos o total de 56,48%. Nos quatro anos de projeto, 57% do animais fotografados, foram adotados.

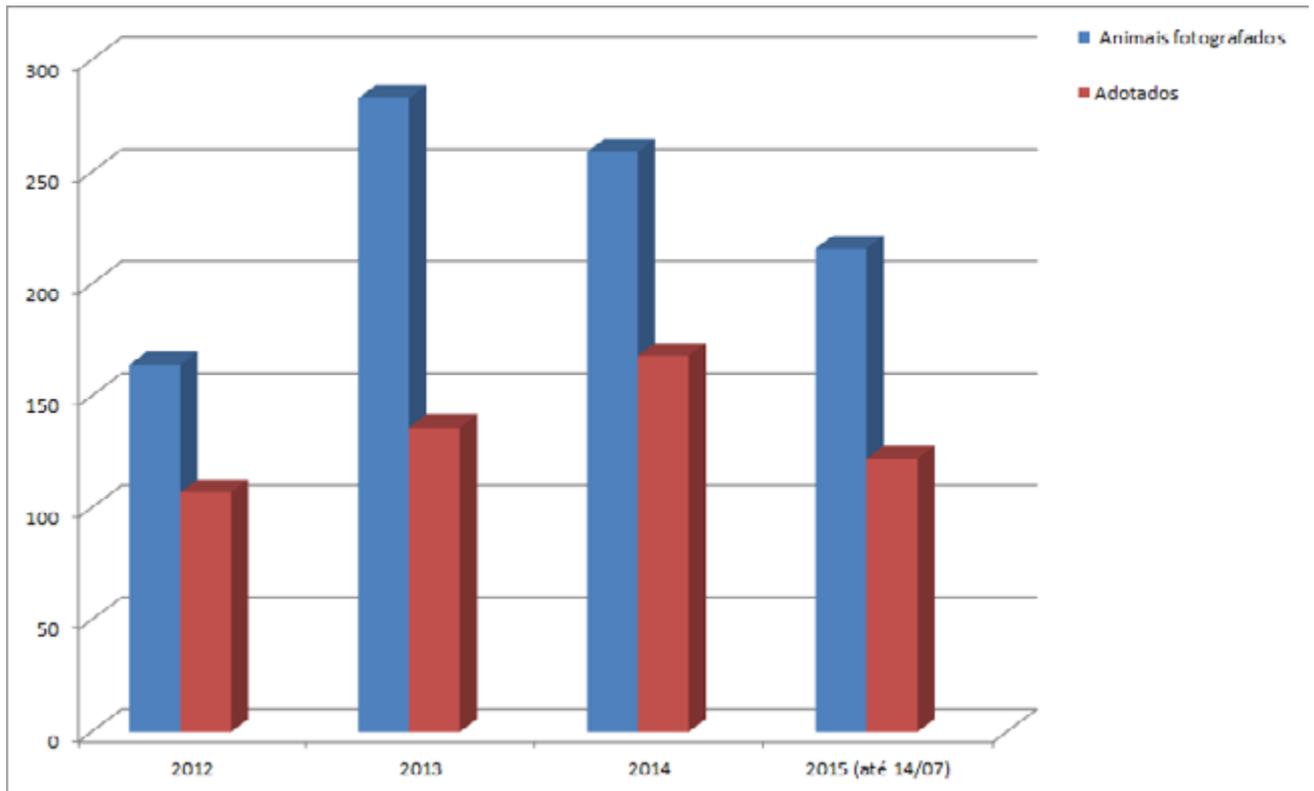


Fig.1. Gráfico contendo informações sobre animais fotografados e adotados durante os 4 anos de projeto.

As estatísticas oscilam devido aos seguintes fatores:

- alguns animais foram fotografados em um ano, mas foram adotados em outro ano. Nestes casos, a planilha referente ao ano em que a fotografia foi realizada é atualizada. Então, os dados de uma planilha nunca são definitivos;

- a quantidade de animais fotografados nas saídas de campo - quando vamos até o local onde os animais se encontram: neste locais, como ONGs ou as casas de protetores que possuem muito animais, às vezes, nem todos são adotados;

- e por vezes o responsável pelo animal não informa se o bichinho foi adotado. Embora façamos controle semestral, às vezes os padrinhos mudam de contato e não temos mais como localizá-los.

Constatamos também uma contribuição "indireta" do Projeto Pró-Bicho Pelotas quanto à adoção de cães e gatos cujas fotos foram feitas pelos padrinhos e encaminhadas para divulgação na página. Mas esse controle específico ainda não realizado.

A página do *Facebook* do projeto Pró-Bicho Pelotas possui mais 7.300

seguidores e suas publicações atingem mais de 19 mil pessoas semanalmente. Muitas vezes somos procurados por pessoas, que mesmo não podendo adotar, se interessam em auxiliar na causa animal, seja através de doações para as ONGs parceiras, ou através de ações de voluntário.

4. CONCLUSÕES

Atuando como um mediador e facilitador entre os padrinhos e madrinhas e aqueles que procuram um *pet* para adoção, o projeto tem tido boa visibilidade e a cada ano que passa, mais pessoas tem procurado para pedir ajuda e para firmar parcerias. Conseqüentemente, cada vez mais animais são fotografados e em seguida adotados.

O projeto já é amplamente conhecido na comunidade e recebemos retornos importantes sobre sua atuação. Muito agradecem a divulgação e a oportunidade de conseguir bons adotantes para seus resgatados.

Para a equipe do projeto é muito gratificante quando recebemos o retorno da comunidade. Cada adoção é comemorada. Para cada participante é importante ver os resultados através do levantamento estatístico e ter consciência de seu papel como cidadão em todo o processo do projeto. E principalmente, saber que sua atuação auxiliou a modificar para melhor o destino dos animais fotografados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELI, Juliana. A ressignificação do retrato fotográfico na arte contemporânea. *In*:CATTANI, Icleia (Org.). **Mestiçagens na Arte Contemporânea**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Pg. 167-181.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª edição, 2009.

BUSSELE, Michael. **Tudo sobre Fotografia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

FABRIS, Annateresa. **Identidade Virtuais: uma leitura do retrato fotográfico**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LIMBERGER, Fernanda Müller. **Fotografia de Estimação: um estudo de caso que aborda a recordação como desejo de consumo**. Porto Alegre, 2011. Projeto de Graduação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. 92p.

DEFENSA Assessoria Criminal Popular

IZABELA DE OLIVEIRA PEREIRA¹; MARIANA DOS SANTOS SCHWARZ²;
INEZITA SILVEIRA DA COSTA³; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁴

¹*Universidade Federal de Pelotas – izapelaopereira@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – marianaschwarz@live.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – inezitacosta@terra.com.br*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – brunoralm@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Visando a implementação de um instrumento de aprendizado e, também, passível de proporcionar atendimento voltado às demandas da comunidade predominantemente pelotense, o projeto DEFENSA – Assessoria Criminal Popular teve sua estruturação em meados de 2011 e, desde então, tem se adaptado aos espaços disponibilizados e aos estudantes que o integram até obter a sua atual configuração.

Tendo como um dos objetivos suprir lacuna deixada pelo Serviço de Assistência Judiciária da Universidade Federal de Pelotas que não possui nenhuma atividade voltada à área criminal, os alunos participantes do projeto têm a possibilidade de desenvolver uma aprendizagem voltada às ciências criminais através da prática jurídica mediante a elaboração de peças processuais correspondentes ao atendimento da atividade de assistência jurídica. Ademais, o exercício de atividades processuais conciliados ao contato com os assistidos pelo projeto propiciam a crítica e a formação de um profissional humanizado envolvido com o compromisso social.

O projeto teve seu início em 2011 onde, mesmo em local distinto, localizava-se partilhando o mesmo espaço do Serviço de Assistência Judiciária da UFPel. No final de 2014, o projeto recebeu uma reestruturação. Foi aberto edital para a seleção de integrantes que, ao ingressarem no projeto, encarregaram-se dos processos que os estudantes que haviam participado anteriormente vinham acompanhando.

Sua estrutura, inicialmente, deu-se em duplas e, após, em trios voltados ao atendimento e elaboração de peças processuais dos casos em que cada um era responsável. Atualmente, entretanto, a divisão dos alunos dá-se em eixos temáticos para propiciar um melhor estudo e pesquisa a respeito do que lhes é encarregado, são eles: crimes contra a vida, estatuto da criança e do adolescente, juizados especiais criminais e violência doméstica.

No entanto, o projeto não se restringe aos benefícios proporcionados aos estudantes, permitindo uma atuação de modo a contemplar o acesso à justiça de uma população socioeconomicamente vulnerável. Neste espaço aparece a assistência jurídica como um direito fundamental derivado da dignidade da pessoa humana e inclinado à ansiedade pela plena justiça (ALMEIDA, 2014, p. 93).

Assim, o DEFENSA surge como uma atividade voluntária voltada à defesa dos direitos humanos de pessoas (acusados ou vítimas) sujeitas ao processo penal. A gratuidade do serviço prestado fornece aos assistidos o devido acesso à justiça. Em que pese seja utilizado como sinônimo, distingue-se da Justiça Gratuita decorrente da Lei 1.060/50, haja vista que essa pauta-se na dispensa de custas diretamente vinculadas ao processo e também não tem o condão de consistir em uma alternativa ao trabalho realizado pelas Defensorias Públicas,

visto que sua atuação pauta-se na assessoria, serviço inovador e com enfoque principal em uma atuação em parceria da sociedade

2. METODOLOGIA

Orientados e supervisionados pelos professores de penal e processo penal da Faculdade de Direito, os alunos estagiários atendem a comunidade pelotense no prédio do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da UFPel e, divididos em duas turmas atendem em dois dias distintos da semana. Em cada turma os alunos foram, inicialmente, divididos em duplas para o exercício das atividades e cada dupla, após realizar o atendimento, torna-se responsável por tal caso. Tendo como foco a demanda criminal, buscam atender as necessidades dos cidadãos economicamente desfavorecidos de modo a oferecê-los o devido acesso à Justiça, com o fulcro não apenas de fornecer igualdade de acesso a todos, mas também a produção de resultados individual e socialmente justos (CAPPELLETTI; GARTH, 1998, p.18).

Atualmente, os estudantes dividem-se em eixos temáticos para um melhor desempenho de seu estudo e pesquisa referente ao assunto o qual estão encarregados, são eles: crimes contra a vida, estatuto da criança e do adolescente, juizado especial criminal e violência doméstica. Com o recente ingresso de advogadas voluntárias selecionadas mediante entrevista, as quatro ingressantes são responsáveis, cada uma, por um grupo e o seu respectivo eixo temático. Os encontros semanais são divididos em dois momentos, o primeiro é dedicado à discussão, estudos de casos práticos, análise de artigos e apreciação de jurisprudências, assim como a revisão bibliográfica implicando na pesquisa, seleção, leitura, análise e fichamento de obras selecionadas às temáticas propostas, diferenciando-se da disciplina de estágio obrigatório que integra o currículo nos dois últimos anos do curso. Após, o momento seguinte é destinado ao contato com os assistidos.

Contudo, o projeto não limita-se ao espaço cedido pelo Serviço de Assistência Judiciária. Em razão disso e com o intuito de inverter a busca que ocorria até então apenas do assistido pela assistência judiciária, o projeto também visa a realização de atividades diretamente em locais periféricos e acessíveis aos que na comunidade residem para que, com o uso de material visual, haja instrução sobre temas relevantes, tais como violência doméstica, Código de Trânsito e Estatuto da Criança e do Adolescente, além de proporcionar igual orientação e assistência processual através de palestras e oficinas informativas na busca de esclarecimento de dúvidas sobre matérias que possam refletir diretamente na vida daqueles que na comunidade residem.

Desta forma, verifica-se a aplicação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para uma formação pautada em um saber sistematizado acrescido de uma construção de novos saberes e da materialização da extensão, caracterizando a interdisciplinaridade e a qualificação do estudante que desenvolve uma autorreflexão do desempenho de suas atividades e maior crítica ao direito tradicional para promover ações transformadoras da realidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo um projeto cujo objetivo é atender as demandas de pessoas de baixa renda, foram analisados e extraídos dados de fichas de consulta e

socioeconômicas preenchidas no momento do primeiro atendimento visando obter um perfil dos assistidos sobre os quais o projeto surte efeitos. Para o levantamento de dados foram utilizadas 64 fichas socioeconômicas com os seguintes critérios: gênero, estado civil, profissão, grau de instrução, faixa etária e questões patrimoniais.

Pode-se observar, portanto, alguns pontos comuns aos que buscam a assessoria criminal disponibilizada pelo projeto. Inicialmente, destaca-se o fato de os assistidos constituírem-se, majoritariamente, por pessoas do gênero feminino, fato que se explica quando analisadas as naturezas dos processos que tramitam ou tramitaram sob supervisão do projeto, haja vista que as demandas processuais que decorrem de violência doméstica ou, então, de medidas protetivas que daquelas derivam-se representam 21,5% dos processos. É possível, também, verificar elementos que integram o perfil médio dos auxiliados pelo projeto que, tomando como base as informações obtidas, é formado por solteiros, trabalhadores autônomos e que possuem renda familiar de até um salário mínimo, repercutindo na predominância de assistidos com primeiro grau incompleto.

Ainda, verifica-se que os processos que se encontram ativos correspondem a 30,1% do total, os quais possuem em 21,4% dos casos a pendência de marcação de audiência como causa de mora, motivo que apenas não sobressai os 50% que encontram-se na Delegacia de Polícia competente para diligências, aguardando a instauração e juntada de inquérito policial para que seja dado prosseguimento ao feito. Sobre a natureza dos processos, pouco mais de 25% do total trata-se do crime de ameaça, seguido pelos casos de violência doméstica (21,5%) e contravenções penais (18,3%).

4. CONCLUSÕES

O DEFENSA não se restringe apenas às atividades de assistência, como aquela realizada no estágio obrigatório pelos acadêmicos do curso de Direito, tampouco em uma alternativa ao serviço prestado pelas Defensorias Públicas, mas está atrelado a uma ideia de assessoria, termo mais abrangente, focado em demandas coletivas e de atuação em parceria com a sociedade, não se restringindo ao espaço da Faculdade. Aproxima-se e adentra-se ao ambiente das comunidades mais vulneráveis. Essa noção de assessoria não limita o aluno e a sua formação, mas desenvolve nele uma autorreflexão de suas atividades, além de uma maior presença crítica em relação ao direito tradicional e um mais responsável compromisso social, no qual deve promover ações transformadoras da realidade.

Com a finalidade da própria reestruturação social, o projeto, assim como as assistências judiciais estudantis, consiste, juntamente com o advento da Lei 1.060/50, em um instrumento de exercício de direitos constitucionais fundamentais e inerentes ao exercício da cidadania e transformadores da realidade social. Ele tem o condão de viabilizar o acesso formal aos órgãos judiciais e à ordem jurídica, garantindo a efetiva proteção diante da ordem jurídica justa.

A partir do levantamento quantitativo e análise dos aspectos qualitativos realizados, percebe-se a necessidade de uma ferramenta que possa atender a demanda criminal advinda daqueles sem recursos financeiros para recorrer a um advogado. Dessa forma, a assessoria universitária jurídico-criminal popular torna-se uma forma de conduzir a população periférica a um acesso à justiça equânime e, com o desempenho de atividades fora do ambiente acadêmico, também propicia uma maior divulgação desse instrumento de busca da justiça, vez que

muitas vezes as demandas em órgão de assistências estudantis verificam-se poucas pela falta de conhecimento da população de que àquelas pessoas de baixa renda existe essa alternativa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. R. Assessoria jurídica universitária popular na prática: a experiência do projeto DEFENSA. In: ALMEIDA, B. R. (Org.) **Punição, Criminalização e Violência**. Pelotas: Santa Cruz, 2014.

ASSIS, A. **Doutrina e prática do processo civil contemporâneo**. São Paulo: RT, 2001.

CAPPELLETTI, M; GARTH, B. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1998.

DIDIER JR., F.; OLIVEIRA, R. **Benefícios da justiça gratuita**. Salvador: Jus Povim, 2012.

LUZ, V. C. **Assessoria Jurídica Popular no Brasil: Paradigmas, Formação histórica e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

**SOCIOEDUCAÇÃO (EN)CENA:
AGENCIAMENTOS ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL E TEATRO**
MARIANA POZZI JUNGES¹; BIBIANA VELASQUES²; ÉDIO RANIERE³

¹Universidade Federal de Pelotas – maripjunges@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – bibianavelasques@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – edioraniere@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O referido trabalho tem como propósito apresentar o Projeto de Extensão *Socioeducação (en)cena: Agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro*, coordenado pelo professor do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Édio Ranieri. Partindo de um agenciamento entre Psicologia Social e Teatro o projeto pretende criar condições de possibilidade para reinserção social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, bem como dos egressos do sistema socioeducativo. Intenciona-se, também, avaliar em que medida o teatro pode ser utilizado pelo psicólogo em formação, como ferramenta de pesquisa e intervenção. A proposta gira em torno da criação de um laboratório experimental de teatro aberto à participação de acadêmicos da UFPel, à adolescentes em conflito com a lei, a egressos do sistema socioeducativo, seus familiares e comunidade.

Para contextualizar, é importante saber que quando da medida socioeducativa ser aplicada, ela pode ocorrer em seis condições: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Dentro do campo das pesquisas acerca do assunto, uma das teses mais aceitas é de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz garantia de direitos aos que são atendidos por ele. Entretanto, junto a tais direitos, um outro conceito é carregado junto: a responsabilidade. “A dimensão da responsabilização e da limitação de direitos está clara, transcendendo-se, todavia, e em muito, os limites do mero castigo e da punição”. (FRASSETTO et al, 2012, p. 32)

O que podemos chamar de verdadeiras cidades socioeducativas – pensando no número de pessoas que estas instituições têm comportado - engendram, produzem, constroem subjetividade. Sendo responsabilidade o conceito central em toda maquinaria. Fundamental, portanto, é compreender se esta obsessão pela responsabilização juvenil está contribuindo verdadeiramente para que adolescentes em conflito com a lei responsabilizem-se por seus atos ou se num nível mais profundo nada consiga realizar além de paralisar a responsabilidade numa ética deontológica. Trata-se de uma questão que vem sendo debatida ao longo do último século, de forma exaustiva, pela disciplina de Psicologia Social. A qual se pode condensar da seguinte maneira:

(...) sob quais condições podemos atribuir um ato ao seu agente? Em que sentido pode-se considerar um indivíduo o sujeito responsável por suas ações? Como pode ser racionalmente justificada a imputação, que pressupõe justamente a consistência da atribuição acima mencionada? (GIACOIA JR., 2012, p.37).

Se utilizarmos a resposta do senso comum, ela seria fundamentada rapidamente na atribuição ao sujeito da propriedade de liberdade e por consequência um tipo muito especial de causalidade: a vontade. Entretanto, as mais relevantes

pesquisas da Psicologia Social nos dizem que somos construídos socialmente. Ou seja, é inviável remeter os atos de um sujeito a uma vontade que preceda sua existência no mundo.

Nietzsche (2011) nos ajuda a pensar para qual responsabilidade caminhamos quando nos apresenta 'As Três Metamorfoses' de Zaratustra. Trata-se de pensar se queremos "(...) este grande peso, esta imensa responsabilidade por si mesmo, onde não há mais subterfúgio possível..." (NIETZSCHE, 2011, p.27) e encontrar o maior de todos os pesos como nos oferece o camelo, se queremos separar a responsabilidade tutelar da responsabilidade emancipatória com um sagrado 'Não' do leão, ou se, então, queremos a responsabilidade como libertação à moral do rebanho, de conquistas o próprio mundo, como traz a criança; uma responsabilidade para além do bem e do mal.

Nesse sentido, as perguntas emergentes não conseguem mais calar: de que forma medidas socioeducativas estariam contribuindo para que adolescentes perdidos para o mundo conquistem o seu mundo? Ou na verdade, esta obsessão pela responsabilização juvenil, estaria paralisando a responsabilidade no dever ser? Nossa hipótese é de que a ética deontológica esteja impedindo o adolescente em conflito com a lei de responsabilizar-se efetivamente. Assim o mantém sobre permanente tutela do dever ser, transformando responsabilidade em submissão ao dever e responsabilização em justificativa para o aprisionamento.

2. METODOLOGIA

Bricolar é um verbo menor. Seu operar está em congruência com improvisar, colar, reinventar, compor. Seu campo melódico atinge ressonâncias com o 'Do it yourself' - máxima norte-americana dos anos 50 que propõe fazer com as próprias mãos, ou literalmente 'faça você mesmo' - e com o Bricoleur - substantivo francês aplicado a quem se põe a realizar pequenos reparos, que mesmo não sendo um especialista da área resolve, de forma amadora, consertar pintar, reformar, fazer uma bricolagem. O que se ousa aplicar, aqui, é que se torne possível bricolar, ainda que se tratando de um projeto pautado pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e direcionado à reinserção social de adolescentes em conflito com a lei. A intenção é que o bricolar possa dar passagem ao que pede sem estar aprisionado pela velha e pretensiosa majestade metodológica, ao mesmo tempo em que pretende se manter permanentemente aberto aos processos inventivos, criando e recriando a metodologia com a qual se trabalha. Tudo isso com o devido rigor que é demandado.

O trabalho será desenvolvido por uma equipe interdisciplinar (Psicologia, Teatro, Artes, Cinema, Educação e Direito), desde à formação de ministrantes e orientadores até a dos alunos. As ações estão sendo pensadas em diversas instituições do município de Pelotas que recebem adolescentes destinados a cumprir medidas socioeducativas, tais como o Centro de Atendimento Sócio-Educativo – CASE. O que se planeja implementar está baseado nos princípios do ECA – e o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas – SINASE. As ações que estão sendo desenhadas são a constituição de um laboratório cênico nas dependências da UFPel; a constituição do processo grupal; a construção de um blog para o projeto, bem como divulgação na mídia local; o acolhimento da comunidade pelo projeto; a realização de oficinas de teatro, psicologia social, artes plásticas, cinema, educação social abertas à comunidade, egressos do sistema socioeducativo e familiares; visitas às unidades socioeducativas parceiras

do projeto, onde serão realizados os convites para que os adolescentes inseridos nestes locais venham a fazer parte do laboratório cênico; o acolhimento destes adolescentes no laboratório cênico; oficinas de teatro, cinema, artes plásticas direcionadas ao grupo em emergência – agora também com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; intervenção cênicas nas instituições parceiras, na cidade, em locais a serem definidos pelo grupo; apresentações dos principais resultados do projeto em eventos específicos da extensão; encerramento do projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tratando-se de um projeto que teve sua aprovação recentemente – julho de 2015 – o que se intenta é um trabalho socioeducativo pautado na arte - mais especificamente no teatro – como alternativa ao conjunto de ações fundamentados pela ética deontológica. Espera-se como resultado a organização de um grupo que exercite jogos dramáticos para que os experimentos cênicos possam, por si, serem disparadores/conviteiros e, assim, acolher os egressos do sistema socioeducativo, bem como os que atualmente cumprem medidas socioeducativas e a comunidade em geral no laboratório cênico. Dessa maneira, acredita-se que se crie a oportunidade de desenvolver projetos existenciais agenciados pelas artes e da mesma forma produzir linhas de fuga aos projetos, que na maioria das vezes os aprisionam ao crime, as infrações legais.

Cabe-nos, portanto, a tarefa de encontrar um vetor teatral que perpassa pelas diferentes psicologias (como a Gestalt Therapy, o Psicodrama, o Behaviorismo e a Psicanálise), já que a história da psicologia possui uma íntima, mas raramente explicitada, relação com o teatro. Estruturas fundamentais do teatro como a representação, a mimese, o personagem, a dramaturgia linear - começo, meio e fim - a dialética, a totalidade, a ilusão, de forma geral, deixam de ser essenciais ao fazer teatral, tornando-se parte de um estilo, de uma forma, de uma maneira de fazer teatro, a qual estaria presente já na tragédia, esgotando-se com o teatro épico. Este modelo teatral será problematizado por Lehmann (2007) através de um conceito expandindo de 'drama'. Em contraponto a este modelo, dito dramático, o autor apresenta sua grande contribuição ao debate, bastante aquecido, sobre teatro contemporâneo: o conceito de Teatro Pós-Dramático. O teatro já não aspira à totalidade de uma composição estética feita de palavra, sentido, som, gesto, etc., que se oferece à percepção como construção integral;

antes assume seu caráter de fragmento e de parcialidade, se dispendo à oportunidade (ou ao perigo) de confiar em estímulos isolados, pedaços e microestruturas de textos para se tornar um novo tipo de prática (LEHMANN, p.29, 2007)

O conceito de Testemunho, apresentando por Giorgio Agamben (2008), talvez possa contribuir aparecendo como ferramenta que permite dar língua a catástrofes existenciais e fugir das classificações unidirecionais, o que ajudaria fazer falar as complexas realidades socioeducativas. Deleuze (2002) aponta uma elucidação com Michel Foucault quando nos ensina sobre a indignidade de falar pelos outros. Ao nos tornarmos porta vozes, seja de um sujeito, de um grupo ou de uma classe social caímos, mais uma vez, na armadilha da política representacional. Por outro lado, se apenas contemplarmos as diferenciações, deslumbrados com suas cores, sons e sentidos estaremos fortalecendo uma indignidade ainda pior. Agamben (2008) nos apresenta uma possibilidade a este paradoxo no conceito de testemunho quando diz que

(...) o testemunho é a relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar, ele só pode acontecer por meio da relação com

uma impotência de dizer, ou seja, unicamente como contingência, como um poder não-ser. (AGAMBEN, 2008, p. 147)

Ou seja, o testemunho necessita de um não lugar. Aquele que ocupa um lugar em sua plenitude, aquele que bateu ao fundo, aquele que está afogado em um determinado território, este seria, para Agamben, a testemunha, que apesar de ideal, paradoxalmente não pode testemunhar. O conceito de testemunho desativa duplamente a representação. Enfim, nossa problemática gira em torno de uma busca, através do teatro, de um não lugar que nos permita dar testemunho sobre as medidas socioeducativas, fugindo da representação. Essa busca é por um teatro que esteja aberto aos agenciamentos da Psicologia Social, colocando o presente em constante problematização.

4. CONCLUSÕES

Ao se utilizar do teatro para acolher processos de subjetivação que emergem no cumprimento das medidas socioeducativas este 'Socioeducação (en)cena: agenciamentos entre psicologia social e teatro' pretende criar condições de possibilidade para a reinserção social de adolescentes em conflito com a lei bem como servir de apoio as famílias destes adolescente. Ao mesmo tempo psicólogos em formação, muitas vezes congelados por teorias, estereótipos acadêmicos, terão aqui oportunidade de usar o teatro para dar língua aos seus processos de aprendizagem.

Nesse sentido, se tem como objetivo principal a cartografia das potencialidades testemunhais do teatro quando direcionadas à reinserção social de adolescentes em conflito com a lei, bem como se busca oferecer um espaço, a partir do teatro, de produção de sentido, produção de si para os agentes envolvidos neste processo. Ademais, o projeto também pretende investigar as potencialidades do teatro como ferramenta de ensino/aprendizagem para graduação em psicologia.

Ainda julgamos importante ressaltar o curto tempo de existência do projeto e que os objetivos aqui colocados ainda se tratam de meras pretensões. Entretanto, são elas que continuam nos movendo num sentido de busca, não a um lugar específico, mas, ao contrário, a outras possibilidades que não a dos lugares - e identidades - dados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FRASSETO, Flávio Américo et al. Gênese e desdobramentos da lei 12594/2012: reflexos na ação socioeducativa. In **Revista Brasileira Adolescência e Conflituidade**, 2012(6):19-72.
- GIACOIA, Oswaldo. **Nietzsche x Kant: uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2012.
- LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro Pós –Dramático**. Trad. Pedro Sussekind. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. São Paulo. Trad. Paulo Cesar de Souza. Companhia das Letras, 2011.
- RANIERE, Édio. **A invenção das Medidas Socioeducativas**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, PPG em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, 2014.

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA PRÁTICA EXTENSIONISTA: RELATO DE VIVÊNCIA NO PROJETO RONDON OPERAÇÃO MANDACARU

CAROLINE DRAWANZ DIAS¹; FELIPE RIBAS KRÜGER²; SIDNÉIA TESSMER CASARIN³; MICHELE MANDAGARÁ DE OLIVEIRA⁴

¹ *Universidade Federal de Pelotas – c.drawanz.dias@gmail.com*

² *Universidade Federal de Pelotas – fil_kruger@hotmail.com*

³ *Universidade Federal de Pelotas – stcasarin@gmail.com*

⁴ *Universidade Federal de Pelotas – mandagara@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Atrelada ao ensino e à pesquisa, a extensão universitária é uma importante ferramenta que possibilita criar elo entre o ambiente acadêmico e a sociedade. Assim, o Projeto Rondon se apresenta como um dos principais projetos de extensão já desenvolvidos no Brasil. Sob a coordenação do Ministério da Defesa e em parceria com diversos Ministérios, ele opera buscando a integração social mediante a participação de estudantes universitários em atividades que visam beneficiar a população das comunidades carentes atendidas. Os rondonistas (denominação concedida aos professores e participantes do Projeto Rondon) promovem a troca de saberes adquiridos na academia com a comunidade, buscando a construção de um ambiente democrático e emancipatório (BRASIL, 2015).

A mediação de conflitos trata-se de um método, em regra sem hierarquia, de resolução de disputas onde "duas ou mais pessoas, com a colaboração de um terceiro, o mediador [...] dialogam construtivamente e procuram identificar os interesses comuns, opções e, eventualmente, firmar um acordo." (VASCONCELOS, 2008, p. 36). É atribuído ao mediador o papel de auxiliar as partes para que realizem um diálogo construtivo e percebam os anseios e necessidades do outro. Assim, além de conhecimento das múltiplas áreas que abarcam a mediação - comunicação, psicologia, sociologia, antropologia, direito e teoria dos sistemas - é de suma importância que o mediador seja hábil e sensível para lidar com a situação de disputa.

A busca por instrumentos que almejem, mediante o diálogo, contribuir para o fortalecimento das relações sociais e resolução de conflitos, faz com que a mediação de conflitos esteja cada vez mais presente no direito. No entanto, a possibilidade de autocomposição não se detém ao âmbito jurídico, visto que divergências compõem a vida e dinâmica social (CHRISPINO, 2007).

Diante disso, esse trabalho objetiva relatar a experiência frente a oficina de mediação de conflitos, desenvolvida no Projeto Rondon, operação Mandacaru, em janeiro de 2015.

2. METODOLOGIA

O Projeto Rondon se estabelece por meio de "operações" que podem ser entendidas como imersões de quinze dias em média em vários municípios durante o período de férias letivas de estudantes e professores. Cada grupo é responsável por um conjunto da "operação", existem dois conjuntos, o Conjunto A: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde e o Conjunto B: Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho.

Durante a primeira quinzena do mês de janeiro de 2015, a UFPel participou de uma das edições do Projeto Rondon, a Operação Mandacarú, conjunto A. Essa foi desenvolvida no município de Itapiúna, estado do Ceará, por oito estudantes, sendo dois acadêmicos dos cursos de Geografia e um acadêmico dos cursos de Direito, Psicologia, Enfermagem, Ciências Sociais, Relações Internacionais e História. A coordenação da operação, por sua vez, foi realizada por duas professoras da Faculdade de Enfermagem. A oficina "Mediação de conflitos" foi uma das atividades desenvolvidas pelos rondonistas e estava destinada a professores da rede pública de ensino. Participaram da oficina cerca de 30 pessoas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina de mediação de conflitos foi pensada com o objetivo de fomentar a solução pacífica de conflitos, mediante o diálogo franco entre as partes. Com isso, visou-se assegurar que houvesse um acordo justo para ambas as partes, de modo que a mediação fosse o meio que garantisse franqueza, tranquilidade e a resolução do conflito.

Para buscar aproximação e interação entre o grupo, primeiramente foi realizada uma dinâmica que possibilitou a apresentação de todos. Além de falar o nome, os participantes explanaram o que mais gostavam de fazer nas horas livres, procurando salientar a importância de uma boa qualidade de vida para melhor desempenho no espaço profissional. Depois, os rondonistas iniciaram a apresentação do tema, abordando sua conceituação, princípios e etapas. Ademais, foi demonstrada a diferença entre o processo judicial e a mediação, indicando suas características e possibilidades. Enquanto que processo é o instrumento pelo qual o Estado, através do Poder Judiciário, é provocado a dar uma resposta às demandas do autor (GONÇALVES, 2011, p. 155), a mediação é um método em que as partes envolvidas buscam, mediante o diálogo, a resolução da disputa. Além disso, a importância da comunicação não violenta também foi abordada.



Figura 1: Registros fotográficos da oficina de Mediação de conflitos
Fonte: Acervo do Projeto Rondon UFPel, 2015

Após a explanação, os participantes realizaram a seguinte dinâmica: divididos em grupos, apresentaram uma situação de conflito na cidade, explicando como o conflito se deu, o que cada uma das partes desejava, o que posteriormente foi feito e qual a solução dada ao conflito, assim como a solução apontada por cada um dos grupos. Todos completaram a atividade e expuseram diferentes acontecimentos, que abarcavam desde situações corriqueiras no cotidiano - tal como um conflito entre vizinhos - até casos de maior repercussão, como o embate ocorrido entre categoria de profissionais em greve e governo do estado do Ceará. No entanto, foi a segurança pública que protagonizou a apresentação da dinâmica. Ela foi apontada, pela maioria, como responsável por grande parte do cenário de conflitos existente na região. A partir disso, é possível fazer um rápido diagnóstico das situações pelas

quais a população de Itapiúna e de outros municípios cearenses precisam lidar: a violência atribuída ao crescimento do município e à falta de policiamento, bem como o despreparo do poder público em práticas de negociação e diálogo com a população.

Ademais, a partir do questionamento dos participantes - todos professores - de como abordar a temática na escola, foram levantadas hipóteses de discussão da mediação de conflitos no ambiente escolar. Com isso, foram trazidas situações envolvendo não apenas os alunos, como também diferentes atores do meio estudantil (coordenação e direção das escolas, pais e professores).

4. CONCLUSÕES

Os participantes envolveram-se com afinco na oficina e demonstraram apoio ao tema. Como resultado disso, apesar de afirmarem nunca terem tido contato anteriormente com a mediação de conflitos, todos os grupos realizaram com exatidão a dinâmica proposta e, ao final da oficina, foi possível observar o interesse dos participantes em seguir trabalhando com a mediação de conflitos. Portanto, avaliou-se que as soluções buscadas pelos participantes foram efetivadas, que o problema apresentado teve soluções que realistas para a sua extinção. Também foi observado que houve estímulo a utilização de métodos não-violentos na resolução de disputas, dirimindo os conflitos existentes na comunidade.

Dessa forma, é pertinente afirmar que as atividades de extensão atinentes ao Projeto Rondon possuem fundamental importância tanto para os rondonistas que têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos trabalhados na universidade, quanto para a comunidade que é atendida. Através da realização da oficina de mediação de conflitos, os acadêmicos e os participantes tiveram a oportunidade não só de conhecer realidades diversas, como também dialogar com diferentes análises de uma mesma situação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Projeto Rondon - Institucional**. Ministério da Defesa. Acessado em 20 jul. 2015. Disponível em: <http://projektorondon.paginaoficial.com/portal/index/pagina/id/343/ara/C/module/default>.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MUNHOZ, Deise Parula; RAMOS, Clériston Ribeiro; MUNHOZ, Andréia Parula. Uma experiência de vida no Projeto Rondon: a extensão universitária como ferramenta de desenvolvimento social. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 6, n. 8, p. 64-71, 2009. Acesso em 22. jul. 2015. Disponível em: <http://www.rbcdh.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/18070221.2009v6n8p64/11468>.

TORREGO, Juan Carlos. **Mediación de conflictos en instituciones educativas: manual para la formación de mediadores**. 4ª ed. Madrid: Narcea Ediciones, 2005.

UFPEL. **UFPel volta ao Projeto Rondon e enviará equipe ao Ceará.** Universidade Federal de Pelotas, 07 jul. 2014. Online. Acesso em 22 jul. 2015 Disponível em: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2014/07/07/ufpel-volta-ao-projeto-rondon-e-enviara-equipe-ao-ceara/>

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas.** São Paulo: Método, 2008.

CURSO DE TÉCNICAS HISTOLÓGICAS EM LIBRAS RESULTADOS E PERSPECTIVAS

MÔNICA MENDES GARCIA¹; LAURA BEATRIZ OLIVEIRA DE OLIVEIRA²; MARIA GABRIELA TAVARES RHEINGANTZ²; LUCIANE DA SILVA MARTINS²; ELIANE FREIRE ANTHONISEN²; ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES³

¹Universidade Federal de Pelotas – monica.mgarcia@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas

³Universidade Federal de Pelotas – rosangelaferreirarodrigues@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Segundo censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 9,8 milhões de brasileiros possui deficiência auditiva, o que representa 5,2% da população brasileira. Por isso em 1991 passou a vigorar a lei que determina que “A empresa, com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, Lei nº 8.213, Art. 93, 1991). E no Brasil, em 24 de Abril de 2002, a Língua de Sinais foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 10.463/2002 e passou a ser a segunda Língua Brasileira. Estas ações foram esperadas e apoiadas pela maioria dos brasileiros, entretanto observa-se que ainda é necessário promover a habilitação profissional, para que possam alcançar a qualificação necessária para o ingresso efetivo no mercado de trabalho. A inserção com a devida qualificação tem o poder de transformar situações de isolamento social em integração efetiva. Além de ser fonte de realização pessoal e formação de identidade, pois todo indivíduo anseia pelo momento em que sua força de trabalho permita que adquira sua independência econômica e se sinta produtivo dentro do ambiente social em que vive; desejo comum a toda e qualquer pessoa. Portanto, o deficiente auditivo deve ter garantido seu acesso a todas as vantagens e oportunidades como qualquer outro cidadão.

Por outro lado a “inclusão” sem critério incorpora a pessoa surda sem o preparo adequado para tornar-se produtivo, o que gera um ambiente sem trocas de aprendizado e experiências. Segundo VIANA (2010) a integração social é necessária para que se sinta como parte do grupo e realmente incluído no ambiente de trabalho. Com cursos de capacitação os alunos sairão para o mercado de trabalho, com a confiança adquirida pelo conhecimento aliado à prática. E com o suporte necessário para construir a sua autonomia, por apropriar-se do conhecimento, que não deve ser priorizado aos ouvintes, mas disponível a todos, como ferramenta essencial para vencer as barreiras do preconceito e exclusão.

Uma sociedade inclusiva não pode enfatizar as características que diferem ouvintes e deficientes auditivos e utilizá-las como empecilho, pelo contrário, uma sociedade democrática requer adaptação aos seus cidadãos a fim de equipará-los (SASSAKI, 1997). Desta forma, devemos explorar as individualidades e apostar no potencial do portador de necessidades especiais, pois “a sociedade inclusiva tem como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autossuficiente” (FEBRABAN, 2006). E propiciar não somente obter uma colocação no mercado de trabalho, mas ter a oportunidade de nele progredir, pois este é o alvo salientado no Decreto nº 3.298/1999, Art. 32.

Desta forma, o objetivo do trabalho foi realizar a capacitação de pessoas surdas através de um curso de técnicas histológicas, no qual priorizamos aulas práticas e realizamos as devidas adaptações, explorando o recurso visual que é a primeira ferramenta que utilizam na busca da comunicação.

2. METODOLOGIA

O curso foi desenvolvido com os alunos do Colégio Municipal Pelotense que participaram do projeto intitulado “Curso de Técnicas Histológicas em LIBRAS: Um intercâmbio de aprendizado entre a UFPel e alunos do Colégio Municipal Pelotense”, ministrado no laboratório de Histologia do Departamento de Morfologia da UFPEL. O Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE – IFSul, a SMED e o laboratório de Anatomia Patológica de Pelotas, atuaram como parceiros e os professores e técnicos da disciplina de Histologia, graduandos do curso de Farmácia e do curso de Engenharia Eletrônica do IFSul, pós-graduando do curso de Zootecnia e intérpretes, fizeram parte da equipe executora.

O curso iniciou com quatorze (14) alunos do Ensino Médio divididos em duas turmas de sete (07) que participaram de aulas práticas uma vez por semana. Foi realizada a adaptação do ambiente físico, com placas indicativas no alfabeto manual em Libras, na entrada da Faculdade de Medicina e entrada do prédio da Histologia. As vidrarias e equipamentos também receberam identificação similar.

A primeira atividade com os alunos foi à apresentação de vidrarias e equipamentos do laboratório de preparo de lâminas. Neste primeiro dia foi esclarecido que não ficassem preocupados em gravar nomes. No transcorrer das aulas para tornar essa atividade mais fácil, periodicamente foi solicitado que apresentassem o nome da vidraria ou equipamento em libras para os colegas. Essa atividade sempre foi realizada com o acompanhamento da intérprete, que traduzia os sinais de forma oral, para familiarizar a equipe com a língua de sinais e para ajustes na identificação. Além disso, para fixação da nomenclatura desses materiais de forma lúdica e interessante foi desenvolvido um software, com um banco de dados, que possibilitou testar a evolução do processo de ensino-aprendizagem e um blog para postagens das atividades e interação.

A segunda atividade abordou as normas de segurança e de conservação dos equipamentos do laboratório, através de uma dinâmica em que erguiam placas com a indicação de confirmação ou negação, à medida que a intérprete repassava alternativas. Cada alternativa foi explicada e debatida a importância da utilização dos EPI (equipamento de proteção individual). Ao final da atividade uma gravura semelhante ao “jogo dos sete erros” foi distribuída para identificação das violações das normas e fixação do conteúdo.

A terceira atividade foi o preparo de soluções, na qual realizaram etapas, como pesagem, diluição na proporção adequada, acondicionamento e identificação, com observância das normas de segurança relacionadas a cada situação. Nesta atividade, além de ensinar o mecanismo de pesagem em balança, foi necessário repassar conhecimento de cálculo e ensinar o sistema de aferição de concentração de solução. Como o sentido mais apurado em pessoas surdas é a visão, concentramos esta atividade neste sentido, minimizando a interferência da intérprete ao mínimo necessário para a compreensão.

Após estas atividades preparatórias, as técnicas histológicas foram repassadas através de demonstração prática, em que visualizaram as etapas de cada fase do processo com exposição oral e concomitante interpretação na língua

de sinais. Em cada atividade prática receberam um roteiro com os passos referentes à atividade do dia. No final de todas as atividades foi fornecido um manual denominado de “Manual de Técnicas Histológicas e Citológicas” com todas as atividades realizadas, elaborado por alguns professores da equipe executora, com a ajuda da intérprete e adaptado para a utilização pelos alunos surdos.

Após observarem todas as etapas do processo, receberam a amostra de um órgão para processar. À medida que esperavam os períodos de processamento, aprenderam a utilizar o microscópio, a reconhecer determinados tipos de tecidos e a capturar imagens das lâminas histológicas confeccionadas. Processaram várias amostras para entender o fundamento do processo e adquirir a prática necessária. E como forma de aprimoramento, realizaram atividades de simulação no ambiente de trabalho, no laboratório de Histologia e no laboratório de Anatomia Patológica, com assessoria de técnicos e da intérprete.

As avaliações ocorreram periodicamente através de testes, atividades dinâmicas, jogos, reconhecimento dos materiais e através do software. A equipe executora também foi avaliada, através de declarações dos alunos referentes à clareza e objetividade da exposição das técnicas.

Para avaliação final do projeto foi realizado um evento no auditório do Colégio Municipal Pelotense. Foram convidados todos os integrantes da equipe executora, os parceiros, os familiares, representante da PREC, a assistente social responsável pela oportunidade de estágio na empresa e pessoas da comunidade que direta ou indiretamente participaram do projeto. O projeto foi apresentado, os certificados foram entregues e no final foi oferecido pela equipe um coquetel para os presentes. A análise dos aspectos positivos e negativos e sugestões, registrados pelos parceiros, foram avaliadas quanto a sua viabilidade, para aplicação no curso que está sendo oferecido, com ampliação para técnicas de imunohistoquímica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado que o uso do software (Fig. 1) propiciou familiarização com denominações desconhecidas e facilitou a apreensão da nomenclatura de equipamentos e vidrarias, o que foi confirmado pela análise do banco de dados. Repassarem a nomenclatura através da língua de sinais permitiu a apropriação do alfabeto em libras pela equipe executora. A dificuldade de entendimento da Língua Portuguesa, foi superada pela elaboração de um manual objetivo e adaptado, aliado a interação prática (Fig. 2) e a utilização de objetos, cores e imagens significativas que levaram a apreensão do conteúdo. Na atividade inerente ao processamento, que consiste em etapas repetitivas, mas com reagentes distintos, os alunos demonstraram capacidade excelente para memorização visual, o que foi confirmado por testes de fixação em que ordenaram as etapas do processamento. Na manipulação do micrótomo, no uso do sistema de captura de imagens e do microscópio conseguiram reproduzir os passos para a visualização do material com muita facilidade, apesar de não serem equipamentos utilizados rotineiramente. O uso do blog (<http://histolibras.blogspot.com.br>) foi uma ferramenta útil na difusão de informações sobre o curso e intercâmbio entre a equipe executora e alunos, pois permitiu integração e facilidade de comunicação e contém os trabalhos apresentados em um evento internacional e três eventos nacionais. Observamos que todos os recursos utilizados facilitaram a comunicação e contribuíram para a integração, entusiasmo por um futuro promissor, elevação da auto-estima e revelação de muitas habilidades, conforme relatadas nos locais de estágios, nos

quais 78% alunos egressos foram inseridos. O evento de encerramento do projeto evidenciou a importância de propiciarmos ações que promovam a qualificação de pessoas com necessidades especiais, pois todos estavam presentes com seus familiares, determinados a galgar os passos para a autonomia. Portanto, as perspectivas são de oportunizarmos monitoria para alguns alunos egressos, incentivar o ingresso em cursos de graduação na área biológica e os inserir na iniciação científica.



Fig. 1- Utilização software



Fig. 2 – Atividades práticas

4. CONCLUSÕES

Concluimos que a realização de atividades práticas e a utilização de recursos visuais facilitou o processo de ensino aprendizagem e revelou que alguns alunos surdos possuem muitas habilidades que precisam ser instigadas. Principalmente uma grande capacidade de concentração e memorização visual, características excelentes para atuação em laboratórios.

Agradecimento: Ao apoio financeiro do PROEXT – MEC/SESu

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Planos de Benefícios da Previdência Social**. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 16/07/2014.

BRASIL, **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, DF, 1999 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 16/07/2014.

FEBRABAN, 2006. Disponível em: http://www.febraban.org.br/arquivo/cartilha/publicacao_inclusao.asp. Acesso em: 03 Mar. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> . Acesso em: 03 Mar. 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. R.J:WVA, 1997.

VIANA, A. S. **A Inserção dos Surdos no Mercado de Trabalho: Políticas Públicas, Práticas Organizacionais e Realidades Subjetivas**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www2.unigranrio.br/pos/stricto/mest-adm/pdf/dissertacoes/dissertacao-alvanei-dos-santos-viana.pdf> Acesso em: 16/07/2014.

MAPAS E MAQUETES TÁTEIS UTILIZADOS POR INSTITUIÇÕES CULTURAIS: ESTUDO DE CASOS

GABRIELA GONZALEZ PERONTI¹; MÔNICA VEIGA²; LETICIA DE FARIAS BORGES³; GRAZIELE PARKER[□]; ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA[□]

¹FAUrb – GEGRADI – UFPel - ga.peronti@gmail.com

²PROGRAU – GEGRADI - UFPel – veiga.monicam@gmail.com

³FAUrb – GEGRADI – UFPel – le_farias_borges@yahoo.com.br

□FAUrb – GEGRADI – UFPel – grazy_parker@hotmail.com

□FAUrb – GEGRADI – UFPel – adribord@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para pessoas com algum tipo de deficiência, deslocar-se, comunicar-se e utilizar equipamentos públicos ainda é uma tarefa difícil (BINS ELY e OLIVEIRA, 2005). Nos ambientes de informações e exposição cultural, mesmo com as novas legislações vigentes o acesso ao entretenimento e cultura continua apresentando barreiras para este público.

Nesse sentido, os museus precisam encontrar as soluções adequadas para desenvolver a cultura da inclusão como parte vital de sua missão, o que certamente irá garantir que a relação museal “homem e objeto em um cenário” respeite a diversidade e seja cada dia mais democrática (SILVA et al., 2011).

Para o deficiente visual, de acordo com SARRAF (2013) a utilização dos recursos táteis promove a acessibilidade, elimina barreiras físicas, de comunicação e informação, estimula a aderência e aceitação do público em relação aos conteúdos apresentados pelos espaços culturais. Segundo FERREIRA (2011), é necessário que as pessoas com deficiência visual tenham autonomia para circular. Aponta para o uso de um piso tátil ou também para a indicação prévia do percurso a ser visitado através de um mapa tátil. Considera que não basta disponibilizar áudio-guia. Mas, a partir deste conjunto, o indivíduo ganha mais independência e confiança para a locomoção, localizando direções, pontos de referência e barreiras. O referido autor indica também as maquetes como promotoras de inclusão social. Este tipo de representação, seja de uma edificação, monumento ou do espaço urbano, facilita a percepção do entorno e dos percursos.

O projeto “O Museu do Conhecimento para Todos: inclusão cultural de pessoas com deficiência em museus universitários, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)” tem como meta desenvolver espaços museológicos dentro da UFPel que promovam a cidadania através da inclusão cultural e que usuários com ou sem deficiência possam usufruir do mesmo ambiente com o máximo de autonomia.

Sob esta perspectiva, o objetivo deste trabalho é de identificar museus e centro culturais que se utilizem de Mapas e Maquetes táteis como estratégia de explicar os seus espaços, assim como compreender as maneiras de apresentação e localização de tais recursos, a fim de embasar a construção de recursos táteis para os espaços museais da UFPel.

2. METODOLOGIA

O estudo, desenvolvido durante o primeiro semestre de 2015, foi subdividido em 3 etapas: revisão da literatura, seleção de casos a serem analisados, coleta e sistematização de dados.

1. Etapa de revisão: buscou-se identificar referências que abordassem o uso de maquetes e mapas táteis e suas diferenças. De acordo com HOLMES et al. (1998) apud MILAN (2008), o mapa tátil procura reproduzir caminhos e fluxos, sem tomar como ponto principal a representação do espaço como as dimensões dos ambientes. Este tipo de mapa tenta fornecer informações sobre as rotas a serem percorridas de maneira mais simplificada, com a intenção de possibilitar ao deficiente visual maior independência no seu deslocamento. Já a maquete tátil possui representados os elementos que delimitam os espaços, caracterizando-se pela forma, proporção e relação mais realista com o entorno.

2. Etapa de seleção de casos: Até o momento Museus e Centros Culturais, da cidade de São Paulo, Porto Alegre, Campinas e Pelotas foram selecionados, pelas oportunidades de acesso à informação, pelas autoras deste trabalho, aliada ao reconhecimento prévio da existência de casos de interesse. Em São Paulo, a partir do Guia de Acessibilidade Cultural/SP(GAC/SP), que traz informações precisas sobre a acessibilidade dos ambientes culturais do município, foram selecionados 16 instituições que indicavam possuir maquetes e/ou mapas táteis. Em Porto Alegre a seleção foi feita através do Guia de Museus Brasileiros (GMB), que informa essencialmente sobre a presença de acessibilidade para cadeirantes. Em relação à acessibilidade para deficientes visuais, o referido guia apenas indica se as instituições dispõem de material ou sinalização em braile, não especificando a presença do objeto de pesquisa em questão. Nesse município apenas dois museus indicavam possuir alguma forma de acessibilidade para deficientes visuais, sendo ambos incluídos nesse estudo. A partir da revisão bibliográfica, foram também incluídas uma instituição em Campinas, citada em MILAN (2008), e uma em Pelotas, citada em VEIGA et.al (2013).

3. Etapa de coleta e sistematização de dados: Os dados referem-se aos tipos e maneiras de apresentação dos objetos estudados, bem como de sua localização dentro do CC ou Museu. Foram obtidos através de visitas, de contato telefônico com os responsáveis pelo setor de acessibilidade nas instituições, entrevista não estruturada in loco e revisão bibliográfica. Dos 20 ambientes culturais selecionados foi possível obter dados apenas de 9: três através de telefonemas (Museu de microbiologia do Instituto Butantã (SP-SP), Museu do Futebol (SP-SP), Espaço Perfume Arte + História (SP-SP)); três por meio de visita (Memorial da inclusão SP-SP, Pinacoteca do Estado de São Paulo (SP-SP), Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (POA-RS)); um por meio de entrevista não estruturada in loco com Carlos Alexandre Campos que é o responsável pela a acessibilidade do Memorial da América Latina (portador de deficiência visual) que afirmou que “maquetes táteis, como a do Memorial, são mais interessantes, pois o visitante consegue perceber todo o espaço, a arquitetura e também saber onde o piso tátil o levará”; dois por meio de revisão bibliográfica (Biblioteca Central da UNICAMP (Campinas-SP) e o Memorial do Ânglo (Pelotas-RS), conforme referidos anteriormente. Este último, também por meio de visita, sendo o primeiro museu da cidade de Pelotas a possuir uma Maquete Tátil de localização.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a sistematização apresentada na tabela 1, junto às instituições culturais estudadas, foram identificados três tipos de recursos associados aos conceitos de mapa e/ou maquete, conforme figura 1: A) três

mapas táteis, ou seja, mapas do espaço em relevo e com informações em braile; B) sete maquetes tridimensionais, sendo três destas maquetes com apenas os volumes das edificações; C) maquetes, as quais, além dos volumes, incluem informações em relevo do percurso e legendas em braile.

Quanto à localização dos mapas e maquetes táteis: em seis instituições das que foram estudadas, encontram-se logo na entrada do edifício, dando mais autonomia para os deficientes visuais; em outras três, localizam-se em uma ala especial para os deficientes visuais, sendo necessário o auxílio de um guia-vidente para chegar até os mesmos.

Figura 1: Maquetes e Mapas Táteis. A: Mapa Tátil do Memorial da Inclusão; B: Maquete Tátil do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo; C: Maquete Tátil do Memorial da América Latina.



Fonte: A e C: Acervo dos autores; B: <http://culturaportoalegre.blogspot.com.br/2015/07/museu-de-porto-alegre-joaquim-felizardo.html>

Tabela 1: Lista dos Museus e Centros Culturais associada: ao uso de mapas e maquetes táteis dirigidas à compreensão do espaço destas instituições; à presença ou ausência de sinais em relevo no equipamento tátil; ao tipo de acesso a estes recursos dentro do espaço cultural.

Local	Mapa	Maquete	Acesso
Museu de Microb. do Inst. Butantã (SP-SP)		X*	Indireto
Museu do Futebol (SP-SP)		X*	Direto
Espaço Perfume Arte + História (SP-SP)	X		Direto
Memorial da América Latina (SP-SP)		X*	Direto
Memorial da inclusão SP-SP	X		Direto
Pinacoteca do Estado de São Paulo (SP-SP)	X	X	Indireto
Biblioteca Central da UNICAMP (CAMPI-SP)		X*	Direto
Museu de P. Alegre J.J. Felizardo (POA-RS)		X	Indireto
Memorial do Anglo (PEL-RS)		X	Direto

(*) Maquete com sinais em relevo, reproduzindo o caminho do percurso tátil; Acesso direto: localizados na entrada da instituição; indireto: Ala reservada somente aos deficientes visuais, necessitando de guia para acessá-los.

De acordo com a revisão bibliográfica observou-se que recursos múltiplos, incluindo mapas e maquetes, além de pisos táteis, folders em braile e áudio-guias, contribuem de maneira mais completa para a compreensão do espaço pelo deficiente visual.

De acordo com a tabela 1, pode-se observar que 30% das instituições analisadas, se utilizam de mapas táteis. 70% incluem maquetes e todas as que se utilizam de piso tátil (aproximadamente 40%) indicam o caminho sobre as maquetes, por meio de sinais em relevo. Apenas uma, das instituições analisadas, se utiliza de mapa e maquete tátil, mas esta não contempla a indicação de promover desde um primeiro momento a autonomia, tendo em vista

que tais recursos não se encontram localizados na entrada do edifício. Entretanto, a maioria das instituições estudadas promove tal autonomia.

Neste momento, os dados, especialmente os registros fotográficos realizados nas visitas, estão sendo explorados para identificar tipos de materiais, escalas, recursos adicionados aos mapas e maquetes físicas que auxiliam para a inclusão dos diferentes públicos em instituições museológicas.

4. CONCLUSÕES

Este estudo reuniu um referencial teórico sobre os tipos de recursos táteis utilizados para atribuir acessibilidade para a compreensão dos espaços de instituições culturais. Além disto, oportunizou construir um panorama de uso destes recursos dentre as instituições selecionadas, observando-se os tipos e a localização. O estudo encontra-se em um estágio inicial, entretanto já auxilia ao planejamento da produção dos recursos táteis para o apoio à localização dos usuários de instituições museológicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINS ELY, V.H.M.; OLIVEIRA, A.S.D.A. Acessibilidade em edifício de uso Público: contribuição de projeto de extensão na elaboração de dissertação. Santa Catarina. In: PROJETAR 2005 – II Seminário sobre ensino e pesquisa em Projeto de Arquitetura, 2005.

FERREIRA, A.F.B.C. **Dedos de ver: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual**. 2011.151f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

INSTITUTO MARA GABRILLI. **Guia de Acessibilidade Cultural/SP**. Acessado em 10 de jul. 2015. Online. Disponível em: <http://acessibilidadecultural.com.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros**. Acessado em 10 de jul. 2015. Online. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>

MILAN, Luis Fernando. **Maquetes táteis: infográficos tridimensionais para a orientação espacial de deficientes visuais**. Acessado em 10 de jul. 2015. Online. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~parc/vol1/n2/vol1-n2> junho de 2008

SARRAF, V.P. **A Comunicação dos sentidos dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de medições e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças**. 2013. 235f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, T.L.K.; CARDOSO, E.; COSTA, R.M. Recursos de acessibilidade em design de exposição para pessoas com deficiência. In: **XV CONGRESO DE LA SOCIEDAD IBEROAMERICANA DE GRAFICA DIGITAL**, 15., Santa Fé, Argentina, 2011. SIGRADI: Cultura Aumentada 2011, Universidad Nacional del Litoral, 2011. p.516.

VEIGA, M.; BORDA, A.; MICHELON, F.; LEBEDEFF, T. Atribuição de Acessibilidade à Fotografia através da Restituição e Desconstrução da Tridimensionalidade. In: **XVII CONFERENCE OF THE IBEROAMERICAN SOCIETY OF DIGITAL GRAPHICS**, 17., Valparaíso, Chile, 2013. SIGRADI: Knowledge-based Design 2013, Universidad Técnica Federico Santa María, 2011. p.449.

GEMIGRA

GEISIBEL CHIM GOUVEIA¹; ANELIZE CORREA²

¹ Universidade Católica de Pelotas – gchimg@gmail.com

² Universidade Católica de Pelotas – anelizedip@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende construir um relato de experiência sobre a atuação, desde setembro de 2014, do Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos (Gemigra), do curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), com imigrantes senegaleses em estado de vulnerabilidade social, radicados no município de Rio Grande.

O Gemigra desenvolve projeto de pesquisa e extensão com imigrantes senegaleses que vieram para o Brasil a partir de 2013, em busca de melhores condições de vida. Como projeto de extensão, o Grupo desenvolve atendimento jurídico aos senegaleses. Já na pesquisa, busca-se desvendar o modo de vida desses imigrantes, os casos de intolerância dos quais foram vítimas e o que o poder público local vem fazendo para evitar a sua segregação.

2. METODOLOGIA

Neste momento da pesquisa, realiza-se uma análise qualitativa de documentos e entrevistas semiestruturadas (MINAYO,2003).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rio Grande é um município com 207.036 habitantes (IBGE, 2010). Em razão da construção do pólo naval, o município passou a ser destino de inúmeros imigrantes internos e internacionais, dentre estes os imigrantes senegaleses.

A partir da constatação desta realidade, foram realizadas entrevistas semiestruturadas realizadas por um grupo de três pesquisadores do GEMIGRA/UCPEL no município de Rio Grande, entre os dias 18 e 19 março de 2015, e a amostra atingiu 20% dos senegaleses que residiam no município de acordo com dados fornecidos pela Pastoral do Migrante.

A entrevista foi previamente agendada com a intermediação da pastoral do migrante do município do Rio Grande e a escolha dos alojamentos a serem visitados foi feita pela pastoral pelo critério de organização dos locais.

Ressalte-se que as pesquisadoras durante um período de seis meses que antecedeu a realização da pesquisa mantiveram contato pessoal, telefônico e por redes sociais com alguns dos senegaleses, portanto estabeleceram-se vínculos de confiança com os imigrantes, os quais, em regra, não falam abertamente sobre suas vidas, dificuldades, cultura.

Notou-se que sem a aproximação prévia as entrevistas não lograriam êxito no sentido de extrair verdadeiramente os anseios, motivações e dificuldades por que passam, já que as conversas prévias com os senegaleses já haviam revelado a dificuldade que os mesmos tiveram para chegarem ao Brasil. A média de países pelos quais tiveram que passar antes de entrar em território brasileiro é de cinco. A viagem foi, na totalidade dos entrevistados, de avião da Espanha para o Equador, e a partir deste país foram tomados trajetos diferentes, todos de ônibus,

por diversos países latino-americanos, onde foram submetidos a extorsões e ameaças . A maioria dos entrevistados entraram no Brasil pela cidade de Brasiléia, no Acre, e foram mandados deliberadamente de ônibus fretado pelo Estado do Acre à cidade de São Paulo.

A partir da pesquisa foi possível identificar campos para atuação em projeto de extensão. Foi organizado serviço de atendimento e orientação jurídica aos migrantes ofertado pelo GEMIGRA nas dependências do Serviço de Assistência Jurídica da UCPEL, onde as principais demandas identificadas estão relacionadas a regularização migratória, requisitos para naturalização, casos de apreensão de mercadorias e casos de discriminação e injúria racial nos quais os migrantes foram vítimas

Muitos destes migrantes estão a pouco tempo no Brasil e encontram dificuldade de comunicação no idioma português.

São os imigrantes presentes no mercado informal que terminam tendo maior contato com a sociedade local e sofrendo manifestações discriminatórias, muitas vezes associando a xenofobia com a injúria racial. Como é o caso de um ambulante que foi agredido fisicamente e moralmente no centro da cidade de Pelotas (cidade vizinha a Rio Grande) sendo vítima dos crimes de lesão corporal e injúria racial.

4. CONCLUSÕES

Constatou-se que o fato de terem conseguido adentrar e permanecer no território brasileiro, recebendo autorização para o trabalho, os leva a se colocarem numa posição de “devedores” com relação ao Estado. Isso também é determinante para a aceitação de qualquer tipo de discriminação ou negação de direitos. Ademais, pôde-se notar que muitos dos assistidos tinham interesse em pleitear a naturalização brasileira, porque somente dessa forma entendem que se tornarão efetivamente cidadãos e poderão ficar com segurança no país. Essa percepção demonstra o quanto o imigrante é pouco acolhido e se sente marginalizado, o que é potencializado, muitas vezes, por serem tratados no país receptor como transgressores da lei

A partir destas constatações em continuidade ao projeto o GEMIGRA além de manter a Assistência Jurídica esta organizando mini cursos e palestras sobre direitos básicos migratórios, trabalhistas e previdenciários a ser ofertado aos migrantes com intuito de contribuir para uma inserção mais digna na sociedade local.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Refúgio no Brasil: Uma análise estatística**, 2014. Disponível em http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1. Acesso em 09 mar. 2015

ARENDT, Hannah, **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. Lei nº 6815 de 1980. **Estatuto do Estrangeiro**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em 06 fev. 2015.

CONVENÇÃO DE GENEBRA, 1951. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativ_a_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em 10 mar.2015.

DUTRA, Delia et ali .**Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro**: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013 in Cadernos OBMigra. Revista Migrações Internacionais. Vol 1. No 2. 2015.

FRAGA, Mirtô. **O novo estatuto do estrangeiro comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

GRIMSON, Alejandro. “**Doce equívocos sobre las migraciones**”, Revista Nueva Sociedad, n.233, maio-jun. 2011. Disponível em: www.nuso.org/upload/articulos/3773_1.pdf.

IBGE. CENSO 2010. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 10 fev. 2015.

ILLES, Paulo; VENTURA, Deisy. **Qual a política migratória do Brasil?** Le Monde Diplomatique Brasil, 07 mar. 2012, p. 1. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>. Acesso em 23 ago. 2012.

LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – In RS: Imigração & Colonização. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil**: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In: Novos estud. - CEBRAP [online]. 2006, n.74, pp. 107-123. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>>. Acesso em 09 fev. 2015.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

SASSEN, Saskia. Inmigrantes em la Ciudad Global. Catalago de la Bienale de Pntevedra. Espana: Victoria Northoorn, 2006.

SODRÉ, Nelson. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

VAINER, Carlos B. **Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados...** As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: Migrações internacionais. Contribuições para políticas. CASTRO, Mary Garcia (Coord.) Brasília: CNPD, 2001.

ZANOTELLI, Jandir João. América Latina – **Raízes sócio-político-culturais**. 2ª ed.revista e ampliada. Pelotas: EDUCAT, 1999.

REALIZAÇÃO

PREC
Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura

